



Instituto de Ciências Humanas Departamento de História
Licenciatura/Bacharelado em História

“ As representações do processo de ocupação do espaço urbano de
Brasília no Jornal Correio Braziliense: estudo dos casos do Setor
Habitacional Arapoanga, Condomínio Villages Alvorada e Riacho Fundo
II.”

Ércio Ferreira Beltrão Júnior

Ércio Ferreira Beltrão Júnior

“ As representações do processo de ocupação do espaço urbano de Brasília no Jornal Correio Braziliense: estudo dos casos do Setor Habitacional Arapoanga, Condomínio Villages Alvorada e Riacho Fundo II.”

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.
Orientadora: Eloísa Pereira Barroso

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eloísa Pereira Barroso

Prof. Dr. Thiago Tremonte de Lemos

Profa. Dra. Magda de Lima Lúcio

Brasília –DF
UnB
Junho/2014

Sumário

Resumo	3
Introdução	4
1 - O território como objeto da história: representações da cidade e a ocupação de Brasília.....	6
2 - As categorias de ocupação do espaço; imprensa e representações	15
3. Os três casos de ocupação do espaço no Distrito Federal	21
3.1 - Arapoanga: As intempéries do espaço conquistado	22
3.1.1 - Pobreza e Infraestrutura no Arapoanga.....	22
3.1.2 - Política e Regularização no Espaço Conquistado.....	28
3.1.3 - Criminalidade e a relação com a nomeação do Arapoanga.....	36
3.2 - O Condomínio Villages Alvorada: A configuração da conquista permitida.....	40
3.2.1 - Regularização do espaço em que há a conquista permitida.....	41
3.2.2 - Especulação imobiliária nos espaços de conquista permitida.....	46
3.2.3 - Irregularidades dentro do espaço irregular	48
3.3 - O Riacho Fundo II: A trajetória do espaço concedido	57
3.3.1 - Infraestrutura, espaço do cidadão nos espaços concedidos	58
3.3.2 - Política e ocupação no Riacho Fundo II	63
3.3.3 - Terminologia e representação do “espaço concedido”	76
Considerações Finais	78
Referências Bibliográficas.....	80

Resumo

Este trabalho busca compreender como se dá a representação do jornal Correio Braziliense sobre a ocupação do espaço de Brasília. Aqui utilizamos três categorias de ocupação desse território, “espaço conquistado”, “espaço concedido” e “espaço de conquista permitida”, os dois primeiros baseados nos estudos do geógrafo Aldo Paviani, o terceiro desenvolvido durante a pesquisa. De acordo com as categorias de ocupação foram selecionados três locais em Brasília, Setor Habitacional Arapoanga relacionado ao “espaço conquistado”; para observar o “espaço conquistado” foi utilizado o Riacho Fundo II e como caso de “espaço de conquista permitida” foi abordado o Condomínio Villages Alvorada. Assim realizou-se uma pesquisa nas matérias do Correio Braziliense, no período que compreende 1999 a 2006, com o objetivo entender o processo de ocupação da capital federal e como se constroem no espaço do jornal as representações desse processo.

Introdução

A cidade se configura como um dos principais espaços de atuação do ser humano, perpassando política, economia, cultura e sociedade, enfim engloba todos os campos abordados pela história. Em sua trajetória as cidades criam e assumem diversas representações e significados.

Em Brasília, que nesse trabalho engloba todo o Distrito Federal, a situação não é diferente, ao longo de sua de ocupação diversas representações foram e ainda são construídas sobre a cidade. Como toda cidade, Brasília apresenta suas especificidades que se tornam elementos importantes para analisar a sua ocupação territorial e as representações associadas a esse processo.

No presente estudo serão abordadas as representações presentes em matérias de um dos principais jornais que cobrem Brasília, o Correio Braziliense, sobre os processos de ocupação da capital federal. A escolha do jornal como fonte de pesquisa deve-se ao fato destes se configurarem como campo profícuo para abordar as representações de vários setores sociais sobre a cidade.

Nesse trabalho, a intenção inicial era a partir das categorias construídas pelo geógrafo Aldo Paviani de “espaço concedido” e “espaço conquistado” para analisar a dinâmica de ocupação do Distrito Federal, porém, durante o trabalho de pesquisa verificamos que essas categorias não abarcavam toda a complexidade do processo de ocupação territorial da cidade. Assim na tentativa de auxiliar a compreensão do processo ainda corrente de ocupação foi criada nesse estudo mais uma categoria, a qual denominamos de “espaço de conquista permitida”.

Para a análise das modalidades de ocupação do território de Brasília e as representações realizadas sobre o mesmo foram selecionados três lugares. Como caso de “espaço conquistado” foi escolhido o Setor Habitacional Arapoanga, como “espaço de conquista permitida” temos o Condomínio Villages Alvorada e para exemplificar o espaço concedido foi selecionado o Riacho Fundo II.

As matérias observadas no presente trabalho situam-se no período de 1999 à 2006, pois é um período de transição de administrações. Em 1999 há o fim do Mandato

de Cristóvam Buarque e depois se inicia o mais longo mandato do governador Joaquim Roriz que foi o administrador que mais tempo esteve à frente da gestão do Distrito Federal.

Dessa maneira, a partir dos pressupostos acima, o estudo em tela buscou compreender como as três categorias de ocupação do espaço em Brasília são representadas pelo jornal Correio Braziliense no período de 1999 a 2006.

1 - O território como objeto da história: representações da cidade e a ocupação de Brasília

O território, segundo Milton Santos, se apresenta como “*o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência*”.

Pensar o espaço como um palco de desenvolvimento da história é importante para perceber a ação humana, a qual é objeto da história.¹

Assim estudar a cidade torna-se um importante campo de estudo para o historiador, como afirma Pesavento:

“Uma cidade é objeto de muitos discursos, a revelar saberes específicos ou modalidades sensíveis de leitura do urbano: discursos médicos, políticos, urbanísticos, históricos, literários, poéticos, policiais, jurídicos, todos a empregarem metáforas para qualificar a cidade”²

Estudar a cidade é a possibilidade de encontrar vários tipos de discursos diferentes, pois existem cidades diferentes para cada grupo social. De acordo com interesses ou experiências a cidade pode assumir diferentes representações.

De acordo com Robert Darnton a “*visão urbana pode estar carregada de emoções, valores e visão de mundo*”³. Assim é possível perceber que as representações da cidade estão associadas a vários aspectos que variam entre os atores sociais.

¹ SANTOS, Milton. **O dinheiro e território**. In: território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2.ed. P.13

²PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P.80.

³ DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 5 ed. P. 143.

Os elementos espaciais e suas representações formam um campo profícuo à atuação do historiador como mostra Chartier: *“A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler”*.⁴

Assim diante dessa perspectiva posta por Chartier este estudo em tela procura analisar como o Correio Braziliense, um jornal que possui seus próprios interesses, visão e valores, descreve a construção do espaço urbano de Brasília. Em outras palavras buscamos entender como se constitui o discurso do Correio Braziliense e como esse discurso insere-se nas múltiplas visões sobre a cidade.

Dessa maneira podemos estudar como a realidade de Brasília no momento de 1999-2006 é construída pelo Correio Braziliense e como essa realidade é dada a ler, ou seja, como essa construção de Brasília é apresentada aos leitores desse jornal.

Devido à importância da questão territorial e à multiplicidade de discursos sobre a cidade, fica a cargo do historiador tentar organizar a relação do discurso com o real, embora não seja possível alcançar a verdadeira realidade. No tocante a esse assunto, Michel de Certeau afirma que:

“A historiografia (quer dizer “história” e “escrita”) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximoron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulasse.”⁵

Assim há uma busca nesse trabalho de relacionar as especificidades da construção do espaço de Brasília a partir do discurso apresentado pelo Correio Braziliense, desse modo articulando o real e o discurso.

Brasília foi uma cidade planejada construída a partir das ideias mudancistas, representadas principalmente por JK. Alguns dos objetivos da construção dessa cidade eram promover uma maior integração entre as diversas regiões brasileiras, ocupar o centro- oeste e, assim trazer progresso para o Brasil.

⁴ CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. [S.l], DIFEL, [S.d]. 2.ed. p. 17.

⁵ CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 2.ed. p.11

Para que a construção da nova capital fosse concluída, foram necessários dois elementos extremamente importantes. O primeiro era convencimento, Juscelino Kubistchek precisava contornar a oposição, ou seja, conseguir apoio para o seu projeto. Havia diversas forças contrárias à mudança da capital, assim sendo, JK precisava garantir a inauguração de Brasília durante o seu mandato, caso contrário existia a possibilidade de as obras ficarem paradas ou serem desvirtuadas.

Nesse momento entra o segundo elemento importante. Brasília deveria ser construída rapidamente e pra construí-la era necessária força humana. Dessa maneira foi criada e incentivada pelo discurso oficial uma campanha de atração de imigrantes, a qual agrega elementos ideológicos como a alusão ao papel de um novo desbravador bandeirante, com ênfase na ocupação do sertão brasileiro e ações práticas como excursões para buscar trabalhadores em seus locais de origem.

“Brasília, como ‘capital interior, consumia uma série de mitologias de efeito duradouro no Brasil, desde a aventura da fronteira, a ‘ Marcha para o oeste’, até o papel simbólico da unificação de litoral e sertão, reivindicada desde cedo como questão decisiva da constituição da nação.”⁶”

Dessa maneira chegou a Brasília um grande número de imigrantes. No final de 1956 havia aproximadamente 500 imigrantes, em 1957 foram contabilizados 12.700, no ano de 1959 aumentou para 64.314, já em 1960 o número é de 127.000 trabalhadores.⁷ Contudo a permanência dos imigrantes após a inauguração não era prevista, tampouco desejada. De acordo com Márcio de Oliveira, Lúcio Costa calculava que 1/3 dos trabalhadores voltaria ao seu local de origem após a construção, outro terço trabalharia com atividades agrícolas no entorno e um terço serviria a administração federal.⁸ O projeto de Brasília também não contava com a construção imediata de outras cidades a sua volta.⁹ Assim é visível que os planejadores de Brasília não contavam com a permanência de tantos imigrantes.

⁶GORELIK, Adrián. **Das Vanguardas a Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. P.153.

⁷ PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: In: PAVIANI (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1995. P60.

⁸ OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito da trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005. 243p.

⁹ OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito da trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005. 209p.

Atraídos pelo discurso de JK, pelas propostas de emprego, ausência de oportunidade nos seus locais de origem e em alguns casos falta de condições para retornar para suas terras, os trabalhadores continuaram em Brasília após a inauguração. Muitos permaneceram em locais que eram acampamentos autorizados, mas que deveriam ser desmanchados depois de finalizada a construção. São exemplos desse tipo de acampamento o Núcleo Bandeirante e a Vila Planalto. Dessa maneira é possível observar que os problemas de habitação em Brasília remontam ao período de sua construção.

Durante os anos seguintes, houve várias disputas de terras. Muitas foram pela manutenção do direito de morar em locais que já habitavam como foram os casos da Vila Planalto e da Cidade Livre. Outras foram originadas por quem migrava para a Capital e procurava um local para viver. Houve também a construção de cidades para abarcar esse fluxo populacional, como Taguatinga e Ceilândia.

Nas décadas de 60 e 70 existiram crises políticas institucionais que estão associadas à renúncia de Jango e o subsequente Regime Militar. Essas crises tiveram efeito sobre a economia local reduzindo o comércio e a atividade de construção. Devido a essas crises houve desemprego e aumento do número de favelas.¹⁰ Entretanto continuavam as migrações para Brasília, por exemplo, entre 1970-1974 chegaram mais de 245 mil imigrantes¹¹. Esse período de final dos anos 60 e anos 70 é marcado pelo incômodo governamental com as invasões que ocupavam espaços próximos ao Plano Piloto¹². Esse incômodo levou à criação, em 1970, da CEI (Campanha de Erradicação de Invasões), a CEI foi responsável por organizar a transferência de diversas favelas para a Ceilândia. Outra tendência dos anos de 1970 é a transferência de favelas para as cidades satélites, o que gerou problemas para os novos habitantes principalmente na

¹⁰ PAVIANI, Aldo. Brasília: cidade e capital. In: NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). **Brasília: A construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997. P.50.

¹¹ FERREIRA, Ignez. O processo de Urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1995. P. 54-55.

¹² PAVIANI, Aldo. **Brasília e sua periferia: a construção injusta do espaço urbano**. Disponível em: <www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/1885/1852+&cd=30&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em 30 de outubro de 2013.

distância dos trabalhos.¹³ Nesse período foram erradicadas as favelas do IAPI, Vila Tenório, Vila Esperança, Morro do Querosene e Bernardo Saião.¹⁴

Durante a década de 1980 é possível assinalar dois momentos distintos. O primeiro momento está relacionado ao mandato de José Aparecido como governador. Segundo Paviani *“Um dos períodos em que o poder público praticamente não ofertou habitações, ou fez uma oferta irrisória e de péssima qualidade, foi no período de 1985/88, no governo José Aparecido.”*¹⁵ Nesse momento há projetos de expulsão dos favelados com dois programas o “Retorno com dignidade” que pagava passagem de volta para os imigrantes retornarem para suas terras de origem e o “Entorno com dignidade” que transferiu famílias para Brasilinha de Goiás.¹⁶ Há suspeita de que no governo de José Aparecido houve doação de terras próximas ao Plano Piloto pra pagar promessas de campanha.¹⁷

O Segundo momento começa no final dos anos 80 com o Governo de Joaquin Domingos Roriz e se estenderá nos anos 90 e 2000. O governador Joaquim Roriz desenvolve *“uma política de doação de lotes para famílias desabrigadas.”*¹⁸ Existe a hipótese que a doação de terras realizadas por Roriz tenha fins eleitorais. Aldo Paviani defende que:

*“No governo Roriz (1988-1994) devido ao desgaste político de seu antecessor e à existência de sucessivas eleições, a habitação passa a ser utilizada como instrumento para angariar simpatias populares e principalmente conter o avanço dos partidos progressistas, em particular o Partido dos Trabalhadores (PT-DF).”*¹⁹

¹³ PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: In: PAVIANI (org.). **Brasília, ideologia e realidade:** espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1995. P65.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ PAVIANI, Aldo. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade. P.233 In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília:** moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

¹⁶ Ibidem. P.233-234.

¹⁷ Ibidem

¹⁸ RUA, Maria das Graças. Comportamento eleitoral em Brasília: a eleição presidencial de 1994. P.213. In: NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). **Brasília:** A construção do cotidiano. Brasília: Paralelo 15, 1997.

¹⁹ PAVIANI, Aldo. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade. P.234-235 In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília:** moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

Em meados de 1990 e nos anos 2000 ainda há um fluxo migratório importante. Além da migração contínua, existia uma grande demanda habitacional aliada a uma política governamental por vezes confusa e envolvida em denúncias de corrupção e grilagem. Em 1995 foi realizada a CPI da Grilagem, em 1999 a CPI das Cooperativas e em 2002 a CPI dos Condomínios, todos esses processos possuíam nomes de proeminentes políticos envolvidos. Nesse quadro de reivindicação de habitação, a classe média também passa a buscar alternativas para a aquisição da casa própria e a ocupação ilegal torna-se uma praxe, organizada, na maioria das vezes, em condomínios de luxo próximos a região do Plano Piloto, quando não dentro dela. A exemplo dessas ocupações irregulares está o loteamento de Vicente Pires e os loteamentos próximos ao Lago Paranoá. A partir da década de 1990, percebe-se que a questão da habitação não se localiza como problema apenas para um determinado grupo social, mas é um problema generalizado, em que a posse da terra em Brasília exprime um quadro em que os processos de ocupação do território não obedecem a uma lógica linear.

No que tange à habitação em Brasília, observa-se que na década de 1980 as propostas de construção de moradias foram voltadas para a classe baixa da população, havia um certo planejamento, em que o Estado ainda mantinha um certo controle das áreas destinadas para a criação de novos assentamentos. Mas na década de 1990, a classe média ocupou o seu quinhão de terras, o que deu origem a centenas de condomínios irregulares. Esses condomínios são, na sua maioria, provedores autônomos de infraestrutura: coleta de lixo, asfaltamento e iluminação pública, água (usualmente vinda de poços artesianos)²⁰. Assim ao se observar a ocupação do espaço urbano de Brasília verifica-se que quando se pode pagar e se organizar é possível outro modo de viver na cidade, pois como afirma Magda de Lima Lúcio

Essa população pode pleitear do Estado condições adequadas de habitação, outros terão seu direito à cidade reduzido à conquista moradia e, talvez, seja necessário incluir mais

²⁰ BARROSO, Eloisa. **Brasília: As Controvérsias da Utopia Modernista na Cidade das Palavras**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Tese (Doutorado em Sociologia)- Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2008.

uma dimensão, os mais pobres mesmo quando lhes é provido o acesso à infra-estrutura urbana e saneamento básico.²¹ (LÚCIO, 2007: 85)

A partir do problema exposto, as seguintes questões colocam-se para este estudo em tela, quais sejam:

1. Que mecanismos esses indivíduos utilizaram, ou utilizam para permanecer no espaço ocupado?
2. Como os governos lidam com a questão da moradia em Brasília?
3. Quais são os lugares em que é permitido morar?
4. Quem possui direito a terra?

Observa-se que a questão da moradia e ocupação do espaço em Brasília é um assunto que permeia a história. Diante do exposto esta pesquisa parte da **hipótese** de que a ocupação do espaço de Brasília tem se dado de três maneiras. Existem espaços em que o uso foi conquistado mediante disputa com o governo. Já outros espaços foram cedidos pelo Estado sem implicar na necessidade de uma ocupação efetiva do local, e uma terceira forma de ocupação seria a “conquista permitida”. Nesta, os locais são ocupados de forma ilegal, mas há uma anuência governamental para que os mesmos permaneçam. O estudo parte do pressuposto que a conquista ou a cessão de espaços se desenvolveu de maneira diferente, sua configuração em uma das três formas de ocupação depende do momento político vivenciado na cidade e das características socioeconômicas dos envolvidos.

A ocupação de Brasília ainda é um processo em andamento que necessita ser compreendido para uma gestão dos problemas habitacionais. Portanto, analisar a ocupação do espaço de Brasília torna-se necessário para entender como se dá essa ocupação na Capital, pois esse processo é mais um indicador de que o Distrito Federal reproduz uma complexidade social que não rompe com os requintes da periferização urbana comum às cidades modernas.

²¹ LÚCIO, Magda de Lima. **Nova Periferização Urbana**: políticas públicas com financiamento internacional e o impacto na produção de direitos sociais. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia)- Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2007.

Brasília é uma cidade planejada, entretanto a ocupação do seu espaço e arredores não ocorreu de forma programada. O processo de ocupação da cidade não foi uniforme e possui momentos diferenciados ao longo do tempo.

As formas de ocupação não correspondem à totalidade do processo de ocupação, por isso buscar-se-á aqui uma análise com o intuito de entender as diferenças do tratamento da questão territorial na cidade capital com o propósito de compreender como se dá a ocupação territorial em Brasília. Mais especificamente, o objeto de estudo desta pesquisa é: a partir das categorias estabelecidas no processo de ocupação da terra, depreender as representações da ocupação territorial em Brasília no *Jornal Correio Braziliense* no período que compreende de 1999 até 2006.

A escolha desse período é justificada por ser um momento de mudança de governo na capital. Em 01/01/1999 termina o mandato de Cristovam Buarque e inicia-se o 3º mandato de Joaquim Roriz, que vencerá as eleições seguintes e permanecerá como governador até março de 2006, quando se afasta para concorrer ao senado. Assim, além de englobar uma mudança de gestão nesse período, é possível observar como foi tratada a habitação durante o mandato mais longo do político que governou o Distrito Federal por maior tempo.

Há, nos anos iniciais de 2000, uma reforma administrativa no governo do Distrito Federal. Nesse processo são extintos órgãos que cuidam da habitação e são criados outros, além da demissão de pessoal, em parte orientada pelo programa federal de demissão de servidores. Essas alterações prejudicaram a capacidade de gestão habitacional do GDF e abriram espaço pra os patronatos realizados por componentes da administração pública.²² Outro fator relevante para a escolha desse período está relacionado à produção sobre o tema, visto que há mais trabalho sobre os anos iniciais de Brasília 1956-1980 do que estudos que abordem o momento posterior.

²²BRANDÃO, I. D. M. R. Por que falha a regularização? Fragilidade institucional e (in)capacidades estatais no Distrito Federal. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

Outra importante informação é que a ocupação de Brasília não está completa, ainda há muitos espaços vazios no território do DF e vários lugares estão em litígio. A questão de invasões sempre foi uma constante na história da cidade e permanece como questão relevante e atual, fato comprovado pela existência de um Comitê de Combate ao uso irregular do solo subordinado ao Governo do Distrito Federal e no alto índice de ocupações irregulares. No primeiro semestre de 2013 foram removidas 2.579 construções irregulares em 26 das 31 Regiões administrativas do DF.²³ Diante do exposto, estudar as ocupações em Brasília constitui-se em tema relevante para a historiografia no que se refere à ocupação urbana na capital federal.

Além das questões supracitadas ainda há a utilização da terra para fins políticos. Em alguns momentos da história de Brasília, como nos mandatos de Joaquim Roriz, houve doações de terras públicas quando se estava próximo a períodos eleitorais, havendo a possibilidade de motivação eleitoral.²⁴ O estudo em tela visa analisar também o problema acima, podendo auxiliar a esclarecer as funções das cessões de espaço em Brasília e os seus impactos na rotina da cidade e de seus moradores.

Percebe-se que a ocupação do espaço de Brasília é um fenômeno complexo e com facetas variadas, aqui sintetizadas em três categorias: “Espaço conquistado”, “Espaço concedido” e “A Conquista do Espaço Permitida”. Tais categorias não são estanques, podendo haver mistura de duas categorias no mesmo espaço ou mudança de categorias em determinado momento da história. Esse movimento continua ocorrendo, o que demonstra que as ações do presente possuem paralelo com acontecimentos do passado. Portanto, entender o processo de ocupação da cidade pode possibilitar uma melhor compreensão dos problemas atuais relacionados à posse de terras.

²³Dados da Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social do Distrito Federal (SEOPS). Disponível:< <http://www.seops.df.gov.br/noticias/item/2367-n%C3%BAmero-de-invas%C3%B5es-cai-com-aumento-da-fiscaliza%C3%A7%C3%A3o.html>>. Acesso em : 10 de outubro de 2013.

²⁴ GOUVEA, Luiz Alberto. **Uma política habitacional de interesse social para o Distrito Federal**. In: PAVIANI, Aldo (org.). Brasília – Gestão urbana: conflitos e cidadania. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. P.259.

2 - As categorias de ocupação do espaço; imprensa e representações

A cidade configura-se como um espaço de representação da existência humana²⁵, para compreender melhor Brasília como cidade e suas representações é de extrema importância fazer uso das ideias de Aldo Paviani sobre a ocupação do território do Distrito Federal são elas os conceitos de “de espaço dado” e “espaço conquistado²⁶”.

O espaço conquistado seriam localidades em que não era permitida ocupação, mas as pessoas ocupam o local e conseguem permanência, às vezes somente provisória. Em oposição há o espaço dado, que se configura em transferência de pessoas para outros espaços, muitas vezes sem estrutura.

Os espaços conquistados normalmente estão envolvidos em um longo processo no qual existe uma tensão entre governo e ocupantes. Primeiramente, o local vazio começa a ser ocupado por habitações precárias como casas de madeira ou lona. Depois da ocupação, caso a área apresente algum interesse para o governo ou particulares, é iniciado um processo de remoção dessas pessoas, que acabam retornando ao local após a retirada dos agentes de fiscalização. Esse processo ocorre várias vezes até que por insistência dos moradores, aliada ao interesse político e demanda habitacional inicia-se um processo de regularização que também pode se prolongar por anos.

Já os espaços concedidos ocorrem a partir de dois movimentos. Existe a remoção das famílias que ocupavam um espaço proibido para outro que passa a ser permitido. Esse fenômeno foi muito comum nas décadas de 70 e 80, Taguatinga e Samambaia são exemplos. Há também as inscrições em programas habitacionais como os das cooperativas ou nos órgãos responsáveis pela habitação como o IDHAB, esse movimento ocorreu com frequência nas décadas de 1990 e 2000.

Essa categorização desenvolvida por Paviani será utilizada nas análises desse trabalho com a finalidade de compreender melhor a ocupação do espaço de Brasília.

²⁵ BARBOSA, Jorge Luiz. **O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada**. In: território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2.ed. P.144

²⁶ PAVIANI, Aldo. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. P.220

Entretanto no trabalho de pesquisa verificou-se serem essas duas categorias insuficientes para trabalhar o processo habitacional de Brasília. Assim foi adicionada mais uma categoria, que se configura em um meio termo entre espaço dado e espaço conquistado.

Essa nova categoria foi percebida durante a pesquisa nos jornais da cidade, sendo elaborada neste estudo a partir das categorias de “espaço conquistado” e “espaço concedido” formuladas por Aldo Paviani. Esta terceira categoria aqui sugerida constitui-se como uma espécie de mescla das classificações anteriores, assim procuramos evitar uma análise binária da questão territorial no Distrito Federal, que na concepção desta pesquisa compreende uma terceira categoria.

Essa outra maneira de acesso a terra seria o “a conquista permitida”. Esse espaço seria composto de locais em que há ocupação ilegal, contudo não há um esforço governamental para retomada desses locais, mesmo sendo de conhecimento das autoridades. Nesses casos é possível perceber uma complacência governamental como é o caso do condomínio Villages Alvorada no Lago Sul.²⁷ Esses espaços de “conquista permitida” possuem a característica, com raras exceções, de serem locais ocupados pelas classes média e alta, as quais normalmente não têm necessidade de ocupar esses locais, como um servidor público que trocou seu apartamento no centro para uma casa em local irregular²⁸. Além desses elementos, outra característica desse tipo de ocupação é a especulação imobiliária, como ocorre no Lago Sul²⁹ e Vicente Pires. Essa especulação pode ser demonstrada com a quantidade de anúncios de venda dos condomínios no Correio Braziliense.

Como fonte de pesquisa do processo de ocupação territorial analisamos o jornal Correio Braziliense, um jornal impresso de grande circulação em Brasília. A utilização de jornais permite analisar pontos de vista sobre os acontecimentos de Brasília, tanto a

²⁷ SANTOS, Marco Antonio dos. **Brasília e o Tombamento: Patrimônio e Especulação na Cidade Modernista**. P.4. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/064.pdf>> . Acesso em 29 de março 2014.

²⁸Esse caso será abordado na análise de jornais sobre o Villages Alvorada

²⁹SANTOS, Marco Antonio dos. **Brasília e o Tombamento: Patrimônio e Especulação na Cidade Modernista**. P.4. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/064.pdf>> . Acesso em 29 de março 2014.

perspectiva do periódico quanto de políticos e da população mediante entrevistas e cartas de leitores. Na análise das notícias veiculadas no jornal, com base nas categorias aqui elencadas procuramos verificar como é tratado o processo de ocupação da terra, além de verificar quais tipos de ocupações sofrem denúncias e se há mudança no teor das denúncias de acordo com o tipo de espaço ocupado ou características econômicas dos ocupantes.

“Diante disso, podemos afirmar que ao jornalismo competem várias funções e ao seu estudo diversas abordagens, pois o jornal enquanto suporte de comunicação de massa pode ser entendido como espaço de representação social. Já o jornalismo, enquanto atividade ideológica, pode adquirir dimensões diferenciadas, dependendo do interesse político econômico que se faz presente, podendo atuar como legitimador ou contestador de uma dada conjuntura.”³⁰

Como afirma Maria Helena Capelato o jornal não deve ser estudado sozinho³¹, portanto, além da metodologia de análise que será apresentada abaixo, as informações foram buscadas também em relatórios governamentais como os das CPI's, trabalhos acadêmicos e matérias de outros veículos de comunicação. A partir dessa junção de elementos é possível aproximar o discurso do Correio com a realidade.

Segundo Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas “um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto com algo transparente.”³² Ao analisarem-se as matérias do jornal, é necessário buscar além do que está explícito, é preciso ater-se aos silêncios e aos esquecimentos contidos nos entremeios das narrativas dos textos publicados, pois não há de se esquecer que as matérias publicadas passam por uma seleção e posterior aprovação para que constem no exemplar a ser distribuído.

Assim, para o estudo em tela foi utilizada uma análise semântica dos textos jornalísticos, pois se percebe aqui ser necessário um processo de leitura e interpretação

³⁰BEZERRIL, Simone. **Imprensa e política**: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão. Disponível em <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerril.pdf>>. Acesso em 13 de novembro 2013.

³¹ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2ª edição, 1994 .p.24.

³² CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **História e Análise de textos**. P. 377. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

dos textos como um processo a ser balizado pelo “chão da história”, haja vista entendermos que o instrumental teórico proporcionado pela historiografia nos permitirá um processo de desvelamento da problemática da ocupação territorial do Distrito Federal sob o olhar das três categorias aqui estabelecidas no processo de ocupação de Brasília.

Essa análise foi baseada no modelo apresentado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas que tem como referência o *Método de abordagem dos campos semânticos do Centro de Lexicologia Política de Saint-Cloude o Vocabulaire politique 18T social en France, de 1869 à 1812*, escrito por J. Dubois.

Esse modelo por meio da relação entre as palavras cria categorias que auxiliam o historiador a trabalhar com o discurso escrito. Segue o modelo apresentado:

1. Relações de oposições:

- 1.1. Oposições formais marcadas pelos prefixos anti, in, não etc.
- 1.2. Pares antonímicos do tipo revolução/reação; liberdade/servidão etc.
- 1.3. Pares morfologicamente motivados do tipo ordem/desordem etc.
- 1.4. Constelações em torno de uma mesma palavra, a exemplo de povo/burguês; povo/nobres; povo/capitalistas etc.
- 1.5. Oposições paralelas tipo classes ricas/classes pobres; senhores cruéis/senhores bondosos etc.

2. Relações de associações, que são sempre contextuais. Por exemplo, textos em que trabalhador se associa a pobres ou escravidão a pecado, a castigo etc.

3. Relações de identidades, que devem ser diferenciadas das denotações ou sinônimos dos dicionários. As identidades são sintagmas que podem ser sempre intercambiáveis em contextos específicos. Exemplo: escravo/negro/etíope/preto etc.³³

O historiador Antoine Prost afirma que:

“ A frequência dos termos, das expressões, das opiniões ou dos julgamentos parece ser um indicador seguro de sua importância objetiva. Sem dúvida,

³³ Ibidem p.381

poderíamos sustentar que há termos tão carregados de sentido que bastaria empregá-los uma vez para colorir todo o texto[...]³⁴

Dessa maneira, as palavras utilizadas em um texto aliadas a sua frequência trazem consigo todo um juízo de valor e significado. Prost defende que “[...] *para os atores individuais ou coletivos da história, o textos que eles produzem não são apenas meios de dizer atos ou posições; os textos são, neles mesmos atos e posições.*”³⁵

Baseando-se nesse modelo é possível observar o tratamento dado às questões habitacionais e extrair as representações presentes no Correio Braziliense sobre a ocupação urbana do Distrito Federal. Como por exemplo:

- Que expressões estão associadas às habitações irregulares, invasão ou eufemismos como condomínios.
- Quais são as características dos moradores que estão associados a invasores.

Diante dessas questões é necessário observar que as representações não se constituem como a realidade, mas sim como construções de grupos ou pessoas com o intuito de explicar a realidade.³⁶ Essas construções possuem significados que não estão explícitos. Dependendo da força política e social, as representações são assimiladas como verdades. Sandra Pesavento afirma que:

“As representações são também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.”³⁷

Como pode ser o caso das representações apresentados pelo Correio Braziliense no processo de ocupação da terra no Distrito Federal. Por ser um importante veículo de comunicação de Brasília, o jornal apresenta seus próprios significados. Pela sua expressão, as informações podem ser assimiladas como única realidade para os seus leitores, o que pode fazer com que as representações insiram-se em regimes de

³⁴ PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René(org). **Por um história política**. Rio de Janeiro: Fgv, 2ª Edição ,2003. P.299

³⁵ Ibidem p.317

³⁶ PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P.39

³⁷ Ibidem P.41.

verossimilhança e de credibilidade, o que não quer dizer necessariamente, de veracidade.³⁸

A pesquisa realizada no correio foi executada mediante a busca de termos-chave. Os termos procurados foram os nomes das localidades a serem pesquisadas, no caso: “Arapoanga”, “Village Alvorada” e “Villages Alvorada”. No caso do Villages Alvorada foi necessário procurar no singular e no plural porque em alguns casos as duas grafias foram utilizadas na redação do jornal. É importante ressaltar que existe Village Alvorada no Jardim Botânico, assim a pesquisa foi realizada com cuidado para não misturar as localidades, embora ambos sejam exemplos de “conquista permitida”.

³⁸ Ibidem

3. Os três casos de ocupação do espaço no Distrito Federal

Nesse capítulo serão abordadas as três maneiras de ocupação territorial no Distrito Federal através das noções de “espaço conquistado”, “espaço concedido” de Aldo Paviani, somadas à categoria de “espaço de conquista permitida”, criada nesse trabalho para analisar a ocupação de Brasília.

Como já dito anteriormente os “espaços conquistados” estão inseridos em um processo de ocupação efetiva do local no qual existe uma tensão entre ocupantes e governantes. Essa ocupação é realizada, geralmente por moradores de baixa renda, muitas vezes imigrantes. Após tentativas de remoção das habitações irregulares e permanência dos moradores, o governo passa a reconhecer o local parando com as tentativas de remoção e iniciando um processo de regularização. Contudo esses movimentos costumam durar décadas, sendo o tipo de ocupação com mais lentidão na legalização.

Os “espaços concedidos” costumam ocorrer através das doações de lotes. A administração local designa uma área que pode ou não estar ocupada para que sejam construídos loteamentos. Os moradores inscritos em programas habitacionais são selecionados para ocupar esses lugares. Os espaços concedidos tendem a ter um processo de regularização rápido, visto que a ocupação é previamente determinada por lei.

Os “espaços de conquista permitida” normalmente estão associados às classes média e alta, que buscam criar novos centros habitacionais principalmente em áreas nobres da capital. Nesses casos existe um grau de complacência governamental, pois não há rigor na expulsão dos moradores como ocorre nos “espaços conquistados”. Outra característica desse espaço é alta especulação imobiliária, pois muitos que se mudam para esse local já possuíam suas habitações regulares.

Locais Escolhidos:

Foram selecionados três locais para análise das representações do Correio Braziliense, cada um possui majoritariamente uma das categorias, embora em alguns casos elas se misturem no mesmo local. Os espaços escolhidos foram **Setor**

Habitacional Arapoanga como caso de “espaço conquistado”; **Riacho Fundo II** exemplificando o “espaço concedido”; já como caso de “conquista permitida” foi analisado o **Condomínio Villages Alvorada**.

Esses locais foram escolhidos para análise pelos seguintes motivos. Período da ocupação, como o trabalho aborda as matérias publicadas entre 1999-2006 eram necessários locais que tenham sua ocupação próxima a esse período. O volume de matérias também foi um elemento importante na escolha dos locais, visto que é necessário um número razoável de matérias para fazer a análise semântica proposta na metodologia. Outro motivo importante está relacionado com a posição geográfica desses espaços. O Setor Habitacional Arapoanga encontra-se próximo à Saída Norte de Brasília, o Condomínio Villages Alvorada está localizado na área central e o Riacho Fundo II está próximo à Saída Sul. Assim é possível mostrar que esses casos ocorrem em toda a extensão do Distrito Federal e não somente em uma área específica.

3.1 - Arapoanga: As intempéries do espaço conquistado

Como caso de espaço conquistado foi abordado o Setor Habitacional Arapoanga, localizado em Planaltina próximo ao Vale do Amanhecer. As ocupações nesse local têm início no final da década de 1990, foi criado oficialmente em 2001 pela lei distrital 409/01. Segundo a Assessoria de Comunicação de Planaltina, o Arapoanga ainda encontra-se em processo de regularização, embora algumas áreas já comecem a ser regularizadas como o caso do Condomínio Marisol, regularizado em abril de 2013.

Caracteriza-se como espaço conquistado devido ao fato de ser formado por uma população majoritariamente de baixa renda, composta em parte por imigrantes que vieram para o DF e não possuíam acesso a terra. Como as ocupações se proliferaram rápido e não havia local para alojar a quantidade de moradores, o Governo do Distrito Federal se viu pressionado a ceder o espaço.

3.1.1 - Pobreza e Infraestrutura no Arapoanga

Uma das principais características dos espaços conquistados é a falta de infraestrutura. Durante a análise das matérias foi possível perceber que o Correio tende a

ressaltar essa característica. Em alguns momentos existe um evidenciamento da pobreza que parece não ter outro objetivo senão estereotipar a região.

Uma matéria publicada em junho de 1999 trata de um adolescente que morreu no Cajé, assassinado por envolvimento com gangues. O Arapoanga surge aqui como o local onde a mãe dele morava. Arapoanga é tratado por dois termos “*Bairro Arapoanga*” e somente “*Arapoanga*”. Segue a descrição do lugar segundo o jornal:

*“onde não há água encanada ou linha telefônica. Um lugar empoeirado e sem pavimentação, com galinhas soltas na rua bebendo o esgoto que corre a céu aberto.”*³⁹.

Aqui o Correio ressalta o lado pobre - típico dos “espaços conquistados”- como acontecerá em muitas matérias ao longo do período estudado, assim como a relação do Arapoanga com a criminalidade.

Ainda no tocante à situação econômica e de infraestrutura do Arapoanga, há uma reportagem de outubro do mesmo ano. Essa matéria conta a história da família de Genivaldo que veio de Irecê, BA para Brasília em busca de melhores condições de vida. Ele acaba indo morar com parentes no Arapoanga.⁴⁰ O Arapoanga na matéria é referenciado da seguinte maneira:

“Para piorar, o endereço escrito no papel, que ele não sabe ler, fica no bairro Arapoanga, na periferia de Planaltina.”

Percebe-se que o texto não caracteriza o bairro como parte do Distrito Federal, ou seja, a sua condição de sub território fica evidenciada em sua relação com a periferia de Planaltina, não como uma outra região administrativa.

Em certo momento a matéria afirma que a família estava procurando um endereço, segue o trecho em questão.

“É que o barraco de madeirite, na rua sem asfalto onde moram Cláudia, Ivan e o filho deles, Jefferson, de 4 anos era ainda mais difícil de achar”

³⁹ Correio Braziliense, 06/06/1999, Caderno Cidades, página 4.

⁴⁰ Correio Braziliense, 03/10/1999, Página 5.

Como é perceptível, o termo usado para indicar a moradia é “*barraco*”, esse mesmo termo aparecerá mais uma vez na história de Genivaldo. Em momento algum aparece a palavra casa, haja vista ser barraco uma edificação própria às cidades situadas nas zonas periféricas de cidades periféricas, em espaços conquistados. A matéria ainda cita que as ruas são esburacadas.

“A C-10 que leva toda a mudança dos baianos dá mais umas voltas pelas ruas esburacadas e chega.”

É interessante observar como o Correio ressalta a imagem de pobreza, barracos e “*periferia*” nos momentos que descreve o Arapoanga. Entretanto parece que o protagonista da matéria possui opinião similar.

“Uma casinha mais ou menos em Ceilândia, que tá me agradando, custa de R\$ 14 mil a R\$15 mil, lamenta o sertanejo que já não tem mais nem os R\$ 7 mil no bolso. O jeito vai ser comprar uma casinha por aqui mesmo, nesse lugar feio, conforma-se Genivaldo apontando para a rua poeirenta, na periferia de Planaltina.”

Da fala de Genivaldo e da matéria em si é possível depreender algumas reflexões. Primeiramente podemos observar a questão da imigração que perpassa a história de Brasília, muitos vêm para Brasília e acabam se instalando em locais irregulares, dando origem aos espaços conquistados. Em segundo lugar é possível ver que a permanência em ocupações de baixa renda não ocorre necessariamente por vontade dos habitantes, visto que Genivaldo não possui condições financeiras para morar em lugar melhor. “A má distribuição de renda amplia o cordão dos excluídos sociais e os empurra para a periferia, acarretando assim, uma constante procura por loteamentos clandestinos”.⁴¹

As ocupações de classe média ou “espaços de conquista permitida” costumam funcionar de forma diferente. Em geral as pessoas que ocupam as terras possuem condições de morar em locais regulares ou até possuem suas próprias residências, contudo “invadem”esses espaços.

⁴¹ MALAGUTTI, Cecília. **Loteamentos clandestinos no Distrito Federal**. P.62. In:PAVIANI, Aldo(org.). Brasília – gestão urbana: Conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999.

Quando se trata de infraestrutura em ocupações é possível associar com duas noções. Normalmente as ocupações de espaços conquistados não possuem infraestrutura adequada; quando começam a chegar as obras de infraestrutura o local já possui certo grau de reconhecimento governamental e social.

Em matéria apresentada em agosto de 1999 o tema é a inauguração de uma Companhia Militar da qual, segundo o jornal:

“Os núcleos rurais de Tabatinga, Taquara, Rio Preto, São José e o condomínio Arapoanga (entre Planaltina e o Vale do Amanhecer) também serão beneficiados com o policiamento.”⁴²

Nesse trecho é possível observar dois elementos, o primeiro é a terminologia para se referir ao Arapoanga. Condomínio é um termo que não traz valor pejorativo como invasão, mas remonta o termo ocupação, assim é possível dizer que o Correio utiliza uma expressão que não se reporta à criminalidade, mas comum ao termo invasão, pode-se perceber que a chegada do Estado ao espaço conquistado com suas instituições dá outro significado para o Arapoanga que deixa de ser invasão e é alçada a condição de condomínio. Outro elemento de destaque é a realização de investimento em policiamento, mostrando que essa comunidade já está de certa maneira estruturada, pois recebe “benefícios” governamentais.

Há uma parte do Correio destinada para cartas dos leitores, em uma dessas cartas, veiculada em 2001, existe a crítica de uma moradora do Arapoanga sobre infraestrutura que é interessante para este trabalho.

“A estudante Maria Risonete Gomes, 28 anos, reclama que os moradores de Arapoanga, em Planaltina, não têm água em suas casas. Temos de pagar R\$ 400 por um poço artesiano, conta. Ela se sente prejudicada pelo fato de o condomínio ainda não ter rede de água e esgoto.

A Administração Regional de Planaltina informa que o Condomínio Arapoanga é um parcelamento de terra em área particular. Isso dificulta as ações do governo para oferecer infra-estrutura básica. O loteamento é irreversível e seus moradores atuais são de baixa renda. Por isso, o governo

⁴² Correio Braziliense, 25/08/1999, página 4.

estuda meios legais para regularizar o setor e assim poder fazer as obras necessárias de saneamento básico.”⁴³

Esse trecho mostra o discurso da população que pede por melhorias das suas habitações. Também podemos observar um retrato dos espaços conquistados, quando o correio traz a resposta do governo. As pessoas ocupam os locais de maneira irregular, quando não há mais como retirar esses moradores inicia-se um processo de regularização e estruturação normalmente moroso, como é o caso do Arapoanga sem regularização até o presente, contudo o rápido processo de urbanização não é acompanhado por igual infraestrutura.⁴⁴ No tocante ao uso da palavra condomínio não traz peso negativo, porém é possível observar como é ressaltada a questão da “baixa renda”.

Como citado, o processo de recebimento de infraestrutura é lento, mas tem importância política e no que se refere a consolidação dos espaços conquistados, como pode ser visto em descrição de uma notícia em 2003.

A matéria seguinte trata da chegada de água potável ao Arapoanga, descrito como “*bairro carente*”, a matéria cita que Roriz estava lá no dia. A notícia apresenta novamente o destaque à pobreza desnecessário para descrever o local. Mostra o movimento de infraestrutura que está ocorrendo no ano de 2003 e faz parte do processo dos *espaços conquistados*, além de mostrar a figura do governador tentando se associar aos “benefícios” recebidos pelo local, mostrando a importância da terra nos jogos de poder do DF.

“A Companhia de Abastecimento e Saneamento (Caesb) inaugurou 5,5 mil ligações de água ontem no Arapoanga, bairro carente de Planaltina. De acordo com os técnicos da empresa, a obra beneficiará cerca de 42 mil habitantes, que há onze anos aguardavam chegada de água potável às torneiras. O governador Joaquim Roriz (PMDB) visitou o local, ao meio-dia de ontem, para abrir simbolicamente o registro.”⁴⁵

⁴³ Correio Braziliense, 21/09/2001, página3.

⁴⁴ SILVEIRA, Denise. **Gestão territorial do Distrito Federal: trajetórias e tendências**. In: PAVIANI, Aldo(org.). Brasília – gestão urbana: Conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999. P.162.

⁴⁵ Correio Braziliense, 12/07/2003, página 26.

Mesmo com o aumento de atenção para infraestrutura o Arapoanga continua apresentando problemas na área, como pode ser visto em matérias de junho e julho de 2004⁴⁶ que apresentam o risco do Arapoanga ter um surto de hantavirose devido a pouca infraestrutura.

O título da matéria de junho de 2004 é “*Focos de miséria*”, o texto diz:

“Com pouca ou quase nenhuma infra-estrutura urbana e em áreas consideradas corredores para os animais, as invasões da Estrutural e Itapuã (no Paranoá) e o bairro Arapoanga (em Planaltina) também são pontos que apresentam risco.”

Além da hantavirose, outra doença que aparece em foco quando se trata do Arapoanga é a dengue, como é observável em reportagem de novembro do mesmo ano. Segue trechos:

*“A precariedade na infra-estrutura de alguns setores da cidade, como o Arapoanga, é fator determinante para a proliferação do mosquito transmissor da dengue. Falta pavimentação nas ruas, a maioria das casas ainda conserva poço artesiano, mesmo com a chegada da água encanada no ano passado.”*⁴⁷

Em 3 meses diferentes, dezembro de 2004⁴⁸, janeiro⁴⁹ e fevereiro de 2005⁵⁰, há notícias sobre a falta de escolas na rede pública do Distrito Federal. O Araponga aparece como um desses locais, no entanto não aparecem somente situações irregulares. O Riacho Fundo II também apresentará esse problema, mostrando que no quesito infraestrutura os “espaços conquistados e concedidos” guardam semelhanças. Ainda aparecerão mais duas matérias em fevereiro anunciando a construção de escolas provisórias. De acordo com o volume de notícias é perceptível que o Correio fez uma cobrança de escolas frente ao governo.

“Faltam salas de aula principalmente em São Sebastião, Itapoã, Estrutural, Arapoanga (em Planaltina), Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II — o que deve atrasar o começo do ano letivo para os alunos que moram nessas localidades. Parte do problema será resolvido com a construção de salas

⁴⁶ Correio Braziliense, 04/06/2004, página 21; ibidem 25/07/2004, página 25

⁴⁷ Correio Braziliense, 20/11/2004, página 28.

⁴⁸ Correio Braziliense, 24/12/2004, página 21

⁴⁹ Correio Braziliense, 11/01/2005, página 24

⁵⁰ Correio Braziliense, 01/02/2005, página 25.

provisórias, de madeirite, em escolas já existentes. Mas a solução desagrada quem já têm os filhos instalados em barracões improvisados.⁵¹”

No ano de 2005 se mantém ainda a falta de infraestrutura, entretanto o Correio agora diminui atenção na pobreza e parece realizar cobranças no que tange à instalação dos serviços básicos a serem fornecidos pelo Estado. Segue um exemplo de cobrança sem ressaltar a pobreza.

“Apesar de não ser morador do bairro Arapoanga, o servidor público Afonso Alvares Dourado, de 28 anos, residente em Planaltina, questiona o descaso da administração com o bairro. “Gostaria de saber por que lá não há iluminação pública adequada nem asfaltamento. Acredito que as ruas poderiam ser pelo menos cascalhadas e niveladas para facilitar a vida de quem mora no local”, diz.⁵²”

Podemos observar o nome “bairro”, indicando grau de consolidação e reconhecimento. Esse movimento de maior reconhecimento do Arapoanga insere-se no processo de consolidação do espaço conquistado que começa como um local indesejado e com políticas públicas de retirada, entretanto quando se percebe a remoção como impossível inicia-se um movimento de reconhecimento tanto governamental quanto social.

3.1.2 - Política e Regularização no Espaço Conquistado

A questão habitacional no Distrito Federal está intimamente ligada às disputas políticas, principalmente quando está relacionada à regularização de terras, quando envolvem espaços conquistados. Em uma notícia de junho de 2001 é possível observar esse tópico em evidência.

“O procurador da República Alexandre Camanho, da Promotoriade Defesa do Patrimônio e Meio Ambiente, teme que a indicação do advogado Eri Varela para a presidência da Terracap comprometa futuras investigações sobre irregularidades de terras no DF. ‘Se o Ministério Público propuser uma ação contra parcelamento irregular, de que lado ele (Varela) vai estar?’, pergunta Camanho, fazendo relação ao processo que Varela responde na Justiça por parcelamento de terra. O advogado é acusado de envolvimento na criação do Condomínio Arapoanga, em Planaltina. A deputada distrital Maria José Maninha (PT) , que foi relatora da CPI da Grilagem, considera a nomeação ‘infeliz’ . O distrital Rodrigo Rollemberg

⁵¹ Ibidem

⁵² Correio Braziliense, 22/04/2005, página 25

também desaprova o nome de Varela para o cargo. 'A presença dele só agrava as suspeitas sobre a Terracap'."⁵³

O contexto dessa matéria é uma crítica à escolha do novo presidente da Terracap, pois ele estaria envolvido em “irregularidades de terra”. Segundo o correio ele “*é acusado de envolvimento na criação do Condomínio Arapoanga, em Planaltina.*” Essa escolha é criticada pelo procurador da República Alexandre Camanho, a deputada Maninha e o deputado Rollemberg.

É importante observar como a questão territorial no DF envolve disputas políticas, denúncias. Na matéria, Rollemberg diz que “*A presença dele só agrava as suspeitas sobre a Terracap*”. No campo do discurso podemos observar dois pontos. Uma posição do correio contra a gestão do período e também o discurso da oposição política ao governo Roriz.

Sobre o Arapoanga podemos ver que a irregularidade desse local é reconhecida pelo correio e que sua existência é utilizada para argumentar contra o presidente da Terracap. Assim é possível observar os envolvimento de força, poder e paixão que envolvem os territórios como nos ensina Milton Santos.⁵⁴

Em notícia referente ao projeto de legalização do “*Condomínio*” Arapoanga que segundo o correio poderia demorar, pois:

*“ o deputado José Edmar (PMDB), propôs uma emenda que aumenta o tamanho da poligonal do condomínio e, dessa forma, possibilita a venda de mais lotes.”.*⁵⁵

É possível observar novamente os desdobramentos políticos e a possibilidade da utilização de terras para fins eleitorais, como já ocorreu em outros momentos de Brasília⁵⁶, visto que em matérias anteriores é perceptível a falta de estrutura do

⁵³ Correio Braziliense, 24/06/2001, Caderno Cidades, página 10

⁵⁴ SANTOS, Milton. **O dinheiro e território**. In: território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro:DP&A, 2006. 2.ed. P.13

⁵⁵ Correio Braziliense, 11/10/2001, Caderno Cidades, Página 17.

⁵⁶ GOUVÊA, Luís Alberto. **Uma política habitacional de interesse social para o Distrito Federal**. In: PAVIANI, Aldo(org.). Brasília – gestão urbana: Conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999. P.255.

Arapoanga e ainda assim há tentativa de aumentar a quantidade de lotes. Corrobora o argumento o fato do Deputado em questão ter sido preso em 2003 sob acusação de grilagem de terras.⁵⁷

Para a regularização dos espaços conquistados percebe-se um movimento político, no qual alguém com poder promove uma espécie de “apadrinhamento” do local, para que possa exercer influência sobre os moradores.

Em reportagem de outubro de 2001 continua a discussão sobre o processo de regularização. A notícia é sobre um novo cronograma de votações proposto pelo PT em detrimento do indicado pelo Governador. Segue o trecho referente ao Arapoanga para análise:

“Esta semana, somente dois projetos devem entrar na pauta de votação. Um deles é o do condomínio Arapoanga, na região de Planaltina. O calendário definitivo de votação dos projetos só será divulgado na quarta-feira, mas Gim e os deputados petistas concordam em um ponto: a prioridade será dos condomínios de baixa renda, localizados em cidades como Planaltina, Ceilândia, Gama e Santa Maria. Os projetos condomínios de classe média serão votados depois, porque são os que têm mais problemas”, explica Gim.”⁵⁸

Nesse trecho é verifica-se as distinções de tratamento feitas oficialmente entre os “condomínios” de “classe média” e os de “baixa renda”, ou seja, entre os “espaços conquistados” e os “espaços de conquista permitida”.

Ainda no ano de 2001 houve mais três matérias que relacionavam o Arapoanga e a regularização, em todas é possível observar também a problemática política. Uma delas se refere a um pacote de aprovações de lotes encomendado pelo Governador Joaquim Roriz. O discurso do Correio é bastante crítico ao assunto apresentando várias opiniões contrárias.

“A idéia repercutiu muito mal entre os deputados de oposição. A maioria dos projetos enviados pelo executivo à Câmara atropela os critérios de

⁵⁷Fonte: Agência Brasil. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-07-10/deputado-e-preso-pela-pf-acusado-de-comandar-quadrilha-de-grileiros>>.

⁵⁸ Correio Braziliense, 16/10/2001, Caderno Cidades, Página 16

*regularização que deveriam ser seguidos’, acusa o deputado Wasny de Roure (PT).’;*⁵⁹

*“Sem as informações básicas de localização e tamanho dos parcelamentos, a Câmara não pode definir o número máximo de habitantes em cada condomínio”, explica arquiteta Tânia Battella”*⁶⁰

Nesse contexto há uma foto de um local com chão de barro com a seguinte legenda *“Condomínio Arapoanga, em Planaltina, é um dos loteamentos com falhas no projeto de lei: proposta não define sequer a delimitação da área”*.⁶¹ Percebe-se a utilização de dois termos, loteamento e condomínio, que não denigrem o local.

Já no ano de 2002, talvez devido à proximidade das eleições, há uma série de ações do Governo do Distrito Federal e de Deputados que envolvem Arapoanga. Os espaços conquistados por necessitaram do governo para que seja realizada a infraestrutura, tornam-se alvos de promessas de políticos. Uma dessas ações aparece em notícia de junho.

O título dessa matéria é *“Roriz promete água e esgoto em invasões”*. É um projeto que como descrito no Jornal *“prevê a instalação de redes de água e esgoto em áreas que apresentam risco à saúde dos moradores ou passíveis de dano ambiental”*⁶² Segundo o Correio *“Na prática, a iniciativa beneficia moradores de condomínios e invasões como o Varjão e a Estrutural.”*. O texto afirma que os moradores do *“Condomínio”* Arapoanga foram convidados especialmente e aplaudiram o lançamento da proposta.

“A proposta arrancou aplausos dos moradores do condomínio Arapoanga, de Planaltina convidados especialmente para a cerimônia, mas precisa passar pelo crivo dos deputados distritais para ser implantada”.

Podemos observar a importância que o Arapoanga vai adquirindo na agenda política do DF. Agora qual o seria motivo do Correio ressaltar a ação a presença dos moradores e a resposta deles à proposta? Uma hipótese é que o jornal pretende sinalizar

⁵⁹Correio Braziliense, 12/10/2001,

⁶⁰Ibidem

⁶¹Correio Braziliense, 12/10/2001,

⁶² Correio Braziliense 11/06/2002, página 3.

um possível favorecimento político do Governador em relação ao Arapoanga ou tentativa de usar os “benefícios” para angariar popularidade com os moradores da região. Além desses elementos, é interessante ressaltar que no título da matéria é utilizado invasões, mas para se referir diretamente ao Arapoanga é utilizado condomínio, essa mudança de postura pode indicar um maior reconhecimento do Arapoanga frente a outros locais em situação análoga de ocupação irregular.

A matéria traz as seguintes falas do Governador:

“Temos de levar é qualidade de vida às pessoas. Não importa onde mora (sic), não importa se está (sic) em lugar errado. Se tem (sic) que mudar dali, a gente muda a rede para outro lugar...”;

“Eu dei lote, me processaram. Eu dei lote para igreja, estou sendo processado. Porque eu não cobro escritura para pobre, estou sendo processado. Mais um processo porque eu estou levando água para pobre? Não tem importância nenhuma. Pode processar.”

Também traz comentários de especialistas sobre o assunto, todos contrários a proposta um deles é de uma arquiteta.

“Assim o governo estará prejudicando pessoas que agem dentro da lei, pois o dinheiro para urbanizar essas áreas irregulares é dinheiro de todos nós”

Podemos ver que o Arapoanga aqui está inserido no contexto de “invasão” que se configura como negativo. Também é possível perceber como nas últimas notícias a temática de regularização e serviços para essa região sofre acentuação o que pode ser associado com a proximidade das eleições.

Analisando o discurso do Governador Joaquim Roriz é destaca-se a utilização da palavra pobre como uma tentativa de gerar identificação com esse setor social. O uso de termo “eu” acaba por gerar uma identificação que vai além de partidos ou componentes da gestão, ou seja, uma identificação personalista.

No tocante ao Correio vale ressaltar que foram apresentados argumentos de três pessoas diferentes contrárias ao projeto, um professor universitário e dois arquitetos. É interessante pensar nas classes sociais desse indivíduo e na quantidade de relatos colhidos pelo correio para apresentar um contra ponto.

Em agosto do mesmo ano há outra notícia⁶³ relacionando política e o Arapoanga. O artigo é sobre uma suposta coação para que os habitantes das “*idades mais carentes do Distrito Federal*” continuem votando no Roriz. Aqui o Arapoanga é descrito como “*bairro pobre de Planaltina*”. Há novamente o ressaltar da pobreza, o Arapoanga aparece como força política, além de ser perceptível nos discursos recentes do Correio uma oposição a Roriz.

*“Nas cidades mais carentes do Distrito Federal desponta a cor azul da campanha pela reeleição de Joaquim Roriz. Mas nem todas as casas que ostentam um cartaz do candidato do PMDB ou uma bandeira azul são de eleitores de Roriz. Alguns moradores das ruas poeirentas votam em candidatos de outros partidos, mas afirmam que são obrigados a ceder à pressão de cabos eleitorais.”*⁶⁴

*“A moça que veio à minha casa tinha o cadastro das famílias do Renda Minha e disse que eu tinha de votar na Eurides Brito para não perder o benefício, conta a costureira. Mas não tenho medo de Roriz nem da Eurides. Se fizerem isso, eu denuncio ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral)” afirma a moradora do Arapoanga, um bairro pobre de Planaltina.*⁶⁵

No tocante à regularização, há uma notícia em setembro de 2003 sobre um projeto de lei apresentado pelo Governador Roriz para a criação de outras regiões administrativas. O Arapoanga seria um dos locais a serem transformados em região administrativa. O Correio mostra o discurso do governo e da oposição, são eles:

“A população residente e a carência de recursos públicos justificam a presença mais efetiva do governo em Itapuã e Arapoanga.”;

*“Medidas como essa incentivam a invasão. Você toma um terreno hoje, o governo vem amanhã e transforma a área em subadministração”.*⁶⁶

O Correio apresenta-se contrário a essas divisões em seu discurso, pois apresenta mais exemplos contra e resalta a quantidade de regiões administrativas que o governo vem criando. Arapoanga é definido pelo correio como loteamento irregular, sendo um termo mais ameno que assentamento, invasão.

⁶³ Correio Braziliense, 25/08/2002, página 12

⁶⁴ Ibidem

⁶⁵ Ibidem

⁶⁶ Correio Braziliense, 05/09/2003, página 22

Em dezembro de 2003⁶⁷ o Correio traz uma matéria relativa à liberação de verbas para obras em locais irregulares que traz aspectos importantes sobre o discurso do jornal e dos políticos.

“Responsáveis por todas as emendas em benefício dos condomínios e loteamentos irregulares, os deputados distritais vão cobrar do governo a liberação de dinheiro para a execução das obras. Pelo menos 11 parlamentares apresentaram propostas, principalmente para áreas onde estão a maior parte de seu eleitorado.”

Podemos observar como a questão territorial é importante, pois as disputas políticas utilizam as habitações como trunfo. Também é possível ver como o jornal ressalta a relação das obras com os políticos e eleitorado, assim fazendo uma sutil crítica a essas práticas.

“Segundo o secretário de Obras e Infraestrutura, Rôney Nemer, os loteamentos irregulares de baixa renda têm mais chances de receber as obras previstas nas emendas. Isso já vem ocorrendo em áreas como as invasões do Itapuã e do Estrutural [...]. ‘São áreas de risco social e o governo não pode deixar a população desassistida. É uma situação bem diferente da Colônia Agrícola Vicente Pires, que é um local de classe média’, afirmou.”

“A possibilidade de ficar sem as obras previstas no orçamento do próximo ano não surpreende quem vive em Vicente Pires, mesmo com o local sendo o que mais recebeu emendas dos distritais R\$ 921 mil.”

Analisando esse trecho é visível que há uma diferenciação entre as ocupações irregulares de classe média e as de baixa renda, pois embora as de baixa renda estejam recebendo recursos, Vicente Pires com um contingente populacional menor recebeu mais emendas distritais. O discurso político é de fazer pelos pobres, contudo há mais tentativas para beneficiar a classe média. Os termos utilizados foram loteamentos irregulares, invasão. Dessa maneira é observável que os “espaços de conquista permitida” recebem mais atenção que os espaços conquistados.

A cobrança do IPTU em áreas irregulares vai trazer à tona disputas políticas, principalmente no ano de 2005. O governo obrigará cobrança e uma série de liminares serão conseguidas por deputados de oposição e condomínios com recursos para mover essas ações. Nesse caso os espaços conquistados têm desvantagem para conseguir

⁶⁷ Correio Braziliense, 18/12/2003, página 30

liminares, visto a situação financeira de baixa renda, já os espaços de “conquista permitida” possuem recurso para conseguir essas liminares.

Como visto ao longo do trabalho, a questão habitacional apresenta uma grande importância na política do Distrito Federal. A seguinte matéria sobre movimentos para regularização dos “condomínios” em 2005 auxilia a elucidar esse aspecto.

No sutiã da matéria está escrito:

“Moradores de ocupações irregulares criam um movimento para pressionar autoridades e tentar acelerar a regularização fundiária”⁶⁸

Podemos observar aqui a mobilização para regulamentação e pressão que os ocupantes podem exercer sobre um governo tornando a terra um dos principais itens da agenda política do DF, como o próprio correio ressalta:

“Os líderes do novo movimento lembraram que a comunidade dos condomínios tem mais de 500 mil pessoas, o que representa 25% da população de todo o Distrito Federal. Apesar de líderes do movimento afirmarem que a iniciativa é apartidária, os deputados distritais Ivelise Longhi e Pedro Passos participaram do encontro. E questões políticas não ficaram de fora das primeiras discussões do Movimento Popular em Defesa dos Condomínios. ‘Temos força para eleger pelo menos quatro deputados distritais, dois federais e até influenciar o resultado da eleição para governador’, lembrou o síndico do condomínio Entre Lagos, Adilson Barreto.”

Assim é perceptível, nesse trecho, a possível utilização da questão habitacional para fazer política e uma suspeita do Correio de que essa união esteja mais relacionada a uma iniciativa política do que popular. Nessa matéria também há crítica por parte dos condôminos a cobrança do IPTU.

Ainda no tocante à utilização política das habitações, há uma matéria em 2006 do Correio que apresenta um possível exemplo desse caso.

“O governador Joaquim Roriz (PMDB) não hesitou ontem em pedir aos moradores do Arapoanga para transferirem o título de eleitor para o Distrito Federal. ‘Não estamos fazendo política, eu não estou pedindo voto para ninguém. Para que vocês tenham mais poder para reivindicar benefícios,

⁶⁸ Correio Braziliense, 31/10/2005, página 20.

precisam ter um título de eleitor. Mas um título daqui. Quem não tem título, tire um. Quem tem título de outra cidade, transfira para cá’.”⁶⁹

Podemos ver uma crítica do jornal ao pedido de Roriz. De acordo com a transcrição podemos perceber questões do processo imigratório para o DF, visto que o Governador pede um “título daqui”. Assim como a importância política que o Arapoanga aparece na administração Roriz, visto que quando se discutiu a regularização houve projetos para obras de infraestrutura.

3.1.3 - Criminalidade e a relação com a nomeação do Arapoanga

Muitas matérias na análise do trabalho envolviam algum crime e o Arapoanga. No total foram mais de 28 notícias. A maior parte possui teor simplesmente descritivo no qual citava o crime, vítima e local sem prolongar na situação de estrutura ou irregularidade do Arapoanga. Entretanto é válido levantar a seguinte reflexão. O número de crimes relatados está associado somente com a violência do local ou há por parte do Correio vontade de destacar a violência nesse espaço conquistado? Pra responder essa pergunta seria necessária uma pesquisa que cruzasse os dados de ocorrências policiais com as matérias e comparar como regiões em situação semelhante são abordadas.

Para descrever o Arapoanga foram utilizados vários termos diferentes. Entre eles aparecem com frequência “Setor”; “Condomínio”, “Condomínio irregular”; “Invasão”; “assentamento”, “loteamento”; “loteamento irregular”; “bairro”; “bairro carente”. Além dessas palavras usadas para nomear o Arapoanga há também os termos que acompanham a matéria como “barraco”, “carente”, “lixo”, “poeira”.

Termos como setor; condomínio, não apresentam usualmente valor negativo, visto que condomínio também é utilizado para descrever os “espaços de conquista permitida” que por sua vez são habitações de alta renda. Bairro é um termo de certa maneira positivo, pois denota estabilidade e pertencimento.

⁶⁹ Correio Braziliense, 29/03/2006 ,página 9.

A ocorrência desses termos será exemplificada nas matérias abaixo, tendo em mente o modelo de análise semântica e a ideia de Prost em que alguns termos são tão carregados que a sua utilização, mesmo que uma vez, apresenta grande significado.

Setor e condomínio são normalmente utilizados em matérias com pouco espaço e notícias simples como, por exemplo, onde será realizada campanha de vacinação, zonas eleitorais, justiça itinerante.

A notícia é um relato de julgamento sobre um crime:

“O crime aconteceu em 28 de maio de 1999, na Vila Arapoanga, em Planaltina, e chocou os moradores.”⁷⁰

Aqui é aparece a utilização do termo vila. Esse termo no contexto brasileiro foi utilizado diversas vezes para se referir a invasões como Vila Planalto, Vila Tenório que são exemplos de espaço conquistado.

Em matéria sobre a criminalidade no Vale do Amanhecer, cita o “Assentamento Arapoanga” como um dos responsáveis. É possível observar o termo assentamento como algo pra pobres, provisório e novamente a criminalidade sendo ressaltada.

“Atualmente, ninguém sai nas ruas ou abre as portas de suas lojas depois das 18h. Rendem-se a uma espécie de toque de recolher imposto pela ação dos marginais. Para os antigos moradores, a maioria ligada à Osdec, a situação é alarmante. Alguns já pensam em deixar o local. De acordo com a polícia, os assentamentos Vila Pacheco e Arapoanga tornaram-se esconderijo de bandido e ponto de tráfico de drogas.”⁷¹

Na Matéria sobre menor aprendiz, um os personagens da matéria mora no “loteamento Arapoanga”. O termo loteamento se assemelha a assentamento relembrando a ideia de provisório e ilegal, mas não aparenta ser tão pejorativo como invasão.⁷²

Em notícia sobre a Ação de bandidos em igrejas aparece:

⁷⁰ Correio Braziliense, 22/03/2001, página 32.

⁷¹ Correio Braziliense, 26/02/2003, página 14

⁷² Correio Braziliense, 20/04/2003

“Na comunidade de Arapoanga, invasão próxima a Planaltina, as igrejas também ganharam proteção extra”⁷³.

Esse trecho é interessante por fazer uma exclusão da periferia, pois mesmo o Arapoanga sendo parte de Planaltina inclusive com uma subadministração própria a repórter fala que fica próxima Planaltina. Assim os espaços conquistados são tratados pela sua situação irregular como isolados do restante da cidade, não pertencendo a lugar algum.

Há diferenciação no tratamento das ocupações de baixa renda em relação as de alta renda. Isso é perceptível em várias matérias, segue um exemplo:

“No vocabulário brasileiro, condomínio virou sinônimo de bairro nobre, com imensas e luxuosas casas erguidas em terrenos irregulares. Mas existe uma outra realidade que contrasta com esse cenário. Escondidos atrás de muros altos em cidades como Planaltina, Santa Maria e Recanto das Emas, os condomínios de baixa renda se multiplicam pelo Distrito Federal. Sem infra-estrutura, iluminação pública, asfalto ou segurança, os moradores dessas áreas ainda convivem com a ilegalidade. Sem dinheiro para pagar projetos urbanísticos ou estudos ambientais, o sonho da regularização fica ainda mais distante.”⁷⁴

Esse trecho se constitui como um exemplo da diferenciação dos condomínios. Aqui podemos observar o luxo dos “espaços de conquista permitida” em oposição a falta de infraestrutura dos espaços conquistados, assim como os “terrenos irregulares” associados a alta renda e a ilegalidade para baixa.

“ O sociocêntrismo se materializa quando, a partir dos padrões de vida, valores e crenças de um determinado grupo social, consolida-se um conjunto de comparações com outros grupos, situados, em geral, em condições de inferioridade. Os discursos estabelecidos em relação aos espaços populares seguem esse padrão.”⁷⁵

Assim as representações do Correio vão partir da visão do que é normal para o seu grupo de assinantes, investidores e retratar como inferior o que não se encontra inserido nesse contexto.

⁷³ Correio Braziliense, 29/01/2006, página 28

⁷⁴ Correio Braziliense, 16/11/2005, página 23.

⁷⁵ SILVA, Jailson de Souza e. **Um espaço em busca de sue lugar**: as favelas para além dos estereótipos. In: SANTOS, Milton. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro:DP&A, 2006. 2.ed. P217

Podemos observar também o discurso de um dos moradores do Arapoanga no qual o próprio faz associação com ilegalidade e invasão. É importante pensar em que medida esses termos utilizados pelo morador são influenciados pela maneira de exposição utilizada na imprensa. Para Sandra Pesavento as representações “carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão”⁷⁶

“Isso tudo é invasão, tudo ilegal, não temos documentos. E para piorar, o governo vem cobrar IPTU.”⁷⁷

Contudo há uma matéria que foge a regra, nela o Arapoanga está associado a duas invasões, mas não é tratado como invasão pelo texto.

“Problema vivido por São Sebastião, com a morte de três pessoas por hantavirose, pode ser mais sério se ocorrer nas invasões da Estrutural e Itapuã, ou no bairro de Arapoanga, em Planaltina, onde há pouca infraestrutura.”⁷⁸

Conforme os anos vão passando parece haver uma consolidação do Arapoanga no discurso do Correio Braziliense, diminui-se o uso de termos como “invasão, “assentamento” e aumentam “setor” e “bairro” ou somente “Arapoanga”, tanto que no ano de 2004 só uma matéria em 29 cita a irregularidade do Arapoanga. É perceptível que a mudança nos termos vem associada a uma maior atenção governamental. Assim o aumento de infraestrutura e o reconhecimento governamental da região propiciam uma mudança na relação com o local, assim trazendo outra maneira de representação dos espaços conquistados.

É possível afirmar que a representação do Arapoanga como local problemático, envolve relações de poder, e como o espaço vira local de habitação, que na pesquisa em tela se encaixa na categoria de espaço conquistado. Relações essas do Correio um jornal que tem seu foco mercadológico, o qual provavelmente não são as pessoas de baixa renda. Normalmente as pessoas que atingem certo patamar social tendem a buscar maneiras de se diferenciar de quem possuem menor prestígio social, ou seja, escrever

⁷⁶ PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P.41.

⁷⁷ Ibidem

⁷⁸ Correio Braziliense, 04/06/2004, página 1

sobre pobreza gera nos ricos uma sensação de pertença a um grupo diferenciado e essa sensação vende jornais. Dessa maneira “O território define-se com referência às relações sociais em que está mergulhado, relações que são relações de poder”.⁷⁹

3.2 - O Condomínio Villages Alvorada: A configuração da conquista permitida

Para trabalhar a categoria de “espaço de conquista permitida” optamos pelo Condomínio Villages Alvorada. Situado nas orlas do Lago Paranoá, próximo ao Palácio da Alvorada, foi construído na década de 1990, desrespeitando embargos ambientais.⁸⁰ Seus moradores são majoritariamente pertencente a classe média alta. No processo de ocupação das terras percebe-se um grau de complacência governamental⁸¹. Isso fica perceptível quando verificamos as várias propostas de regularização que contemplam o condomínio no período pesquisado. O Villages Alvorada ocupa uma área nobre e está associado à especulação imobiliária, isso se evidencia no caderno de classificados do jornal, bem como nas entrevistas que ressaltam as falas de seus moradores.

A primeira informação que chama atenção no caso do VILLAGES ALVORADA é a não informação. Nos anos de 1999 e 2000 não há notícias sobre essa ocupação. Assim sendo a ausência se torna elemento importante para se pensar esse caso. A ausência traz suas próprias significações. “Práticas sociais podem valer como discursos, silêncios falam, ausências revelam presenças...”⁸² Nesse contexto a falta de matérias pode revelar a intenção do Correio em não criticar essa situação irregular. Esse silêncio talvez possa ser associado ao nível da renda da população, visto que é quase impossível haver desconhecimento do local, pois o condomínio se encontra em uma região situada no centro de Brasília

⁷⁹ HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. SANTOS, Milton(org.) In: território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2.ed. P.54

⁸⁰ <http://oglobo.globo.com/pais/mansoes-clubes-invadem-area-publica-na-orla-do-lago-paranoa-em-brasilia-diz-mp-2820828>

⁸¹ SANTOS, Marco Antonio dos. **Brasília e o Tombamento: Patrimônio e Especulação na Cidade Modernista**. P.4. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/064.pdf>> . Acesso em 29 de março 2014.

⁸² PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P.41.

3.2.1 - Regularização do espaço em que há a conquista permitida

Diferentemente do Arapoanga a regularização, como poderá ser visualizada nas matérias é uma constante quando o assunto é o Villages Alvorada. O que pode significar uma pressão pela regularização devido a interesses compatíveis entre o Correio e os habitantes do condomínio.

Em uma matéria sobre a tentativa dos “condomínios” de conseguir a regularização da terra por uso capião. O seguinte trecho do jornal elucida alguns aspectos

“Os critérios não se aplicam à maioria da população dos loteamentos de classe média em área particular. ‘Além dos lotes serem bem maiores, muitos moradores dispõem de outros terrenos no DF. Observando o Estatuto não temos mesmo direito, mas nossa assessoria jurídica vai analisar se há possibilidades de sermos incluídos. Vamos tentar’, afirma Janary de Moraes, presidente da Federação dos Condomínios Horizontais do Distrito Federal.”⁸³

Primeiramente podemos observar os termos utilizados na matéria pelo Correio como “loteamentos de classe média”, na legenda que leva a foto do Villages Alvorada vai aparecer:

“Situado às margens do Lago Paranoá, o Village alvorada é um condomínio de classe média: estatuto das cidades não contempla esse tipo de ocupação “condomínios de classe média”.

Somente uma vez no artigo aparecerá o termo invasão.

O raciocínio não se aplicaria aos condomínios do DF. ‘Essas pessoas tinham condições de pagar por um imóvel regular e optaram pelos condomínios irregulares, explica. As invasões de classe média no DF estariam, portanto, num outro nível de irregularidade. Isso não quer dizer que outros instrumentos de regularização não possam ser criados no âmbito distrital, pondera Raquel Rolnik.⁸⁴

No tocante ao posicionamento do correio podemos observar uma opinião que não aparenta ser totalmente a favor dessa tentativa dos condomínios, entretanto não há uma estigmatização como esse mesmo jornal faz com o Arapoanga, um espaço em que predomina moradores de baixa renda.

⁸³ Correio Braziliense, 15/07/2001, página 08.

⁸⁴ Ibidem

Em matéria publicada em setembro de 2002 o jornal aborda os problemas de legalização de “condomínios irregulares”. Essa matéria é particularmente interessante, pois traz o problema da legalização como culpa do GDF, não apresenta críticas a esse tipo de ocupação e faz várias referências a inabilidade do governo em agilizar o processo como é possível observar nos seguintes trechos.

“Entra ano, sai ano, e cerca de 250 mil brasilienses, moradores de condomínios irregulares, ouvem a mesma promessa, cada vez mais longe de ser cumprida. A regularização dos empreendimentos está presente nos programas de nove entre dez candidatos, mas esbarra em problemas ambientais, fundiários e urbanísticos. O processo de legalização se complicou ainda mais com as denúncias de fraudes em projetos, aprovados pela Câmara Legislativa, que estabeleciam índices de ocupação dos parcelamentos. Resultado: os donos dos lotes permanecem na clandestinidade.”⁸⁵

“ ‘O que se fez nos últimos quatro anos foi enganar os moradores com manobras que dão uma falsa impressão de que a regularização avançou, quando de fato isso não ocorreu’, critica a arquiteta e urbanista Tânia Battella, coordenadora da Comissão de Políticas Urbanas do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) , seção DF’ ”⁸⁶

Além da pressão do jornal podemos ver a importância política que os condomínios apresentam no contexto do Distrito Federal com vários projetos sendo apresentados, também mostra a presença de fraudes. A única crítica presente aos condomínios em que se configura a “conquista permitida” está na relação com a obtenção de água que pode causar danos ambientais, porém o nome do Villages Alvorada não aparece nessa parte. O Correio não usa palavras como invasões na descrição do condomínio, são utilizados condomínios irregulares e na maior parte do texto prevalece a expressão condomínio.

Assim nas representações do jornal, construídas via discursivas, observa-se a inversão de sentidos. Ao invés de ocorrer uma cobrança do Correio para que o governo retome um espaço público, o jornal cobra para que a administração ceda esses locais.

A reportagem, de dezembro de 2002, fala sobre possível processo de licitação com intuito de regularizar os “condomínios”, o título traz: “*Procurador defende*

⁸⁵ Correio Braziliense, 01/09/2002, página 20

⁸⁶ ibidem

licitação”⁸⁷. Nas representações criadas pelo jornal a utilização de uma figura de poder e relacionado à lei é se constitui como instrumento de legitimidade para a cessão do condomínio.

O jornal cita ainda que o Villages Alvorada⁸⁸ estará entre os que serão licitados. Associando essa matéria com a reportagem anterior o Correio parece apoiar a regularização desses condomínios, dando como processo quase certo as licitações, embora a regularização não ocorra até o fim do período abordado na pesquisa Segue o trecho:

*Os condomínios em fase de regularização ocupam 1.842,35 hectares distribuídos nos setores habitacionais Jardim Botânico, São Bartolomeu, Dom Bosco e Boa Vista. Os nove incluídos nos bairros Jardim Botânico e Dom Bosco estão mais próximos da licitação..*⁸⁹

Não há críticas nem características negativas associadas aos moradores. Os termos utilizados na matéria para descrever esses locais além de “condomínio” são “loteamentos clandestinos”, “condomínios irregulares”, “condomínios clandestinos”. Em momento algum o “espaço de conquista permitida” se constitui no jornal com tons pejorativos.

Em maio de 2003 é veiculada matéria sobre um seminário que tratava de regularização dos condomínios, no qual se opunha a administração que defendia a licitação das terras e os moradores a favor da venda direta. Nessa matéria podemos ver as paixões que envolvem o território como um ovo jogado para acertar o Presidente da Terracap o seguinte trecho exemplifica as paixões.

*“Separadas dos deputados por uma parede de vidro, mais de 250 pessoas lotavam a galeria do plenário. Eles alternavam momentos de aplausos, vaias e xingamentos à medida que os debatedores se revezavam nos pronunciamentos. Àqueles que defendiam a venda direta das terras para regularização dos condomínios, o apoio. Aos que o condenavam, o protesto.”*⁹⁰

Os termos utilizados na notícia são “loteamentos irregulares” e “condomínios irregulares”, mostrando novamente uma representação que se distancia da carga

⁸⁷ Correio Braziliense, 07/12/2002, página 13.

⁸⁸ Villages faz parte do Setor Habitacional Dom Bosco.

⁸⁹ Correio Braziliense, 07/12/2002, página 13.

⁹⁰ Correio Braziliense, 23/05/2003, página 22

negativa atribuída às ocupações de baixa renda. O Correio nesse texto parece favorável para que seja realizada a venda direta de lotes, por associar o Presidente da Terracap com problemas como é possível assinalar nos seguintes casos

*“Eri Varela, foi recebido com hostilidade” ; “Eri Varela foi o mais criticado”. “A situação de Varela ficou ainda mais difícil”.*⁹¹

Também no pronunciamento do síndico do Villages Alvorada podemos observar como se constrói o discurso dos condôminos

*“ ‘Felizmente, surgiram posições contraditórias ao que vêm defendendo a Terracap’[...] ‘Não estamos nos furtando de pagar pelo lote, mas é ilegítimo que a Terracap queira lucrar, cobrando o preço de mercado. Queremos pagar pela terra nua, sem as benfeitorias.’ ”*⁹²

Nessa fala é possível visualizar o discurso dos ocupantes dos condomínios, o representante em questão não acha que uma empresa estatal deva buscar lucro com sua propriedade, assim colocando como obrigação governamental prover benefícios para os ocupantes dessa categoria de ocupação.

Observa-se a presteza governamental em relação às tentativas de regularização e o nível de organização que os “espaços de conquista permitida” apresentam, diferentemente do que ocorre nos espaços conquistados. Para Cecília Malagutti o GDF escolhe que tipos de empreendimentos são regularizáveis.⁹³

A seguinte notícia é de março de 2004 e se refere a um processo judicial para decidir se na venda dos lotes nos condomínios irregulares poderá ser dada preferência aos moradores. Nessa matéria o Correio sequer cita a palavra irregular, tampouco invasão, o termo utilizado para descrever essas ocupações é “*condomínios situados em área pública*”. A palavra invasão é suprimida, diferentemente do caso de espaços conquistados.

⁹¹ Ibidem

⁹² Ibidem

⁹³ MALAGUTTI, Cecília. **Loteamentos clandestinos no Distrito Federal**. In: PAVIANI, Aldo (org.). Brasília – gestão urbana: Conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999. P.63.

“O desembargador Mário Machado, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), se prepara para levar a julgamento o processo que trata da legalidade da venda de terrenos em condomínios situados em área pública.”⁹⁴

Além dos termos utilizados o Correio parece ser favorável a essa modalidade de venda, dando meia página de notícia e mostrando o otimismo dos moradores.

“Morador comemora decisão do Tribunal de Contas, favorável à possibilidade de o atual ocupante ter preferência na compra”⁹⁵

Há também uma parte da matéria que traz uma cronologia do processo de regularização. Em nenhum momento a regularização desses condomínios é colocada em dúvida, mesmo havendo várias discussões políticas e judiciais. Esse fenômeno de regularização certa está associado, quase sempre a “conquista permitida”. Uma explicação possível parece estar no fator de a maioria dos moradores possuem algum tipo de poder econômico ou político.

A matéria a seguir data de março de 2006, aborda uma possível mudança de regulamento em ocupações irregulares que flexibilizaria a situação dessas ocupações. O texto se divide em duas partes uma que aborda os “Condomínios” e a outra que fala sobre as “Favelas”.

Obviamente o Villages está inserido no contexto condomínio no qual são utilizados os seguintes termos para definir a ilegalidade das ocupações: “ocupações de terras irregulares”; “áreas irregulares”. Segue o sutiã da matéria

“CONDOMÍNIOS”

Projeto torna menos complicado o registro de parcelamentos ilegais. Com a expectativa de que seja aprovado até o fim do ano pela Câmara dos Deputados, ele flexibiliza, por exemplo, processo de licenciamento ambiental.”⁹⁶

Agora no caso das ocupações de baixa renda segue o seguinte texto

“Facilidade para as favelas

⁹⁴ Correio Braziliense, 18/03/2004.

⁹⁵ Ibidem

⁹⁶ Correio Braziliense, 12/03/2006.

As regras de legalização serão mais flexíveis para a população de baixa renda. Uma das principais facilidades virá dos cartórios. [...]. É o caso da Vila Estrutural. Em locais onde há conflito sobre a propriedade das terras invadidas, como na Vila Itapoã, os ocupantes poderão ter reconhecida a posse dos lotes. Além de ter permissão para melhorar a infra-estrutura da invasão, o governo do DF poderá dar aos moradores documentos comprovando que são detentores dos lotes, até a solução dos problemas de domínio das terras.”⁹⁷

Aparecem termos como “invasão”, “terras invadidas”, assim podemos observar que as representações do Correio sobre as ocupações de classe média utiliza termos diferentes e com menor peso negativo denotando um status mais elevado ao tipo de ocupação da “conquista permitida”, embora tanto as ocupações de classe média e classe baixa sejam igualmente ilegais.

O trabalho da historiadora Sandra Pesavento sintetiza a relação de oposição feita entre as invasões de baixa renda e classe média feitas pelo Correio no que se refere as categorias de “espaço conquistado” e “conquista permitida”, pois “*As representações envolvem processos de percepção, identificação, legitimação e exclusão.*”⁹⁸

3.2.2 - Especulação imobiliária nos espaços de conquista permitida

No processo de pesquisa observa-se que uma das principais questões que envolvem as invasões de classe média é a especulação imobiliária, pois alguns indivíduos não têm interesse efetivo em morar na área, mas sim de arrecadar receita proveniente do mercado imobiliário, receita que aumenta com a regularização.⁹⁹

Em uma matéria sobre possível desvalorização de lotes, cujo título é “*Lotes¹⁰⁰ Desvalorizados*” há várias informações sobre a especulação imobiliária e a faixa de renda das pessoas que ocupam os “espaços de conquista permitida” o seguinte trecho exemplifica bem esse caso.

⁹⁷ Ibidem

⁹⁸ PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P.41.

⁹⁹ MALAGUTTI, Cecília. **Loteamentos clandestinos no Distrito Federal**. P.62. In:PAVIANI, Aldo(org.). Brasília – gestão urbana: Conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999.

¹⁰⁰ Correio Braziliense, 17/08/2003, página 21.

“O mercado clandestino de condomínios enfrenta a pior crise desde que a classe média passou a comprar lotes em áreas irregulares na esperança de um dia obter a escritura definitiva da moradia. As licitações do Setor Habitacional Taquari, que servirão de modelo para a regularização dos loteamentos ilegais, provocaram um freio na especulação imobiliária.”¹⁰¹

No fragmento acima podemos verificar que as representações do Correio se aproximam com os estudos relativos à ocupação desse tipo de espaço. Embora não traga os termos invasão, na matéria há termos como “*lotes irregulares*”, “*loteamentos clandestinos*” e a para definir o Villages Alvorada usa-se a palavra “condomínio” sem outros adjetivos.

Outra característica dos “espaços de conquista permitida” é a ocupação irregular realizada por quem não possui demanda habitacional como é possível observar no seguinte caso.

“O funcionário da Secretaria da Receita Federal Rômulo Jorge de Melo Nogueira sente os efeitos da crise desde o início das licitações no ano passado. Há oito anos, ele trocou um apartamento na 108 Norte por uma casa com churrasqueira e vista para o Lago Paranoá, no Condomínio Villages Alvorada, ao lado da Ermida Dom Bosco.”¹⁰²

Nesse caso o morador do Villages Alvorada já possuía residência própria em local considerado nobre, contudo decidiu ocupar irregularmente terras públicas.

Contudo mesmo falando sobre a desvalorização o Correio irá assinalar a rentabilidade no Villages.

“A valorização da área com a construção da ponte JK é um dos atrativos, além da infra-estrutura do condomínio, um dos mais luxuosos de Brasília.”

De acordo com a notícia é possível observar que não há crítica a esse mercado ilegal, o Correio assinala que existe, mas não apresenta os problemas provenientes da especulação. Em certos momentos como na descrição da casa do morador do Villages e na citação da valorização do local o jornal parece contribuir para esse movimento. Para

¹⁰¹ Ibidem

¹⁰² Ibidem

Cecília Malagutti “A omissão do poder público e os interesses especulativos são os dois pilares sobre os quais descansa a urbanização clandestina”.¹⁰³

3.2.3 - Irregularidades dentro do espaço irregular

Nos “espaços de conquista permitida” podem ser irregulares e não serem criticados, porém as irregularidades dentro do local são coibidas pelo Correio, como poderá ser visto nas matérias subsequentes.

Essa notícia refere-se a uma construção que se torna irregular por ter três andares no Villages Alvorada¹⁰⁴.

“No Villages Alvorada, loteamento de luxo do Lago Sul, uma construção irregular destoa da paisagem e fere as determinações urbanísticas para a região.”¹⁰⁵

“No papel, o imóvel pertence à autônoma Maria Marlene Rosa, 53 anos. Mas, segundo ela, o terreno foi dividido com o irmão, Antônio Rosa Neves. Localizado em um condomínio formado por casas luxuosas, que em geral abrigam apenas uma família, a construção do lote 27 do conjunto 2 configura um bi-parcelamento — divisões dentro de um lote de condomínio irregular”¹⁰⁶

É perceptível nesses trechos dois elementos importantes. Mesmo citando a situação irregular o Correio não deixa de mostrar o luxo, o belo, assim representando que apesar de irregular o local é bom pra viver. Os “espaços de conquista permitida” são lugares ocupados por pessoas de classe média e alta assim possuem uma paisagem que mostra a presença do dinheiro. O outro elemento está associado com o destaque da diferença paisagística da construção, assim parece que a matéria não está preocupada somente em tratar a irregularidade, mas também a feiúra que essa construção traz para um local bonito. “A estetização da paisagem combina-se ao controle e à normatização dos corpos estranhos e rebeldes, com o objetivo de figurar uma cidade da ordem em oposição à desordem”

¹⁰³ MALAGUTTI, Cecília. **Loteamentos clandestinos no Distrito Federal**. P.62. In:PAVIANI, Aldo(org.). Brasília – gestão urbana: Conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999.

¹⁰⁴ O máximo permitido nessa região pela legislação são dois andares.

¹⁰⁵ Correio Braziliense, 05/03/2004, página 23.

¹⁰⁶ Ibidem

A personagem da matéria com o imóvel em situação irregular afirma que

*“Se todo mundo pode construir, também posso. Não sou pior do que ninguém”*¹⁰⁷,

Nessa frase podemos observar um pouco das ideias dos ocupantes que se garantem porque construir irregularmente é uma prática comum.

Em outro trecho a administradora do condomínio afirma que os condomínios são irregulares e que a edificação ilegal da personagem da matéria prejudica um processo de regularização.

“A obra foge aos padrões adotados na cidade. Tememos que isso prejudique a todos os condôminos, num processo de regularização”;¹⁰⁸

*“Os condomínios, por si só, já configuram irregularidade. Quando há um duplo parcelamento e as edificações fogem do padrão das demais, o problema se agrava.”*¹⁰⁹,

A regularização, como sempre, é dada por certa tanto por moradores quanto pelo Correio e que não há constrangimento dos moradores no tocante a situação irregular. No “espaço de conquista permitida” não há um constrangimento por parte dos moradores em realizar ocupação irregular. Há uma espécie de legalidade no ato de invadir que é legitimado pelo jornal, quanto pelos moradores.

Na mesma matéria o secretário da Sefau afirma que haverá mais fiscalização no “condomínio Village” e que obras irregulares podem ser demolidas, entretanto mesmo ressaltando a irregularidade de todos os lotes afirma que só serão derrubadas as construções utilizadas para realizar especulação e as que fogem aos critérios urbanísticos de Brasília. Segue a fala do secretário:

*“É certo que todas as casas estão irregulares, mas aqueles empreendimentos que configuram especulação imobiliária serão reprimidas com rigor, inclusive com a proposta de demolição.”*¹¹⁰

¹⁰⁷ Ibidem

¹⁰⁸ Ibidem

¹⁰⁹ Ibidem

¹¹⁰ Ibidem

Ainda nos comentários do secretário é interessante observar as barreiras judiciais e a questão financeira de poder.

“Por ter baixo valor, nem sempre a multa que aplicamos intimida os irregulares. A morosidade da Justiça faz com que as obras sejam terminadas e, depois de habitadas, fica mais complicado.”¹¹¹

Assim podemos ver que a condição financeira dos habitantes dos “espaços de conquista permitida”, associada à complacência do poder público a às representações instauradas no discurso do jornal contribuem para a consolidação dessas moradias.

No tocante ao discurso essa matéria mostra como não há alternativa senão a regularização e coloca como possível entrave a ação de pessoas que deformam essa organização de casas luxuosas.

Ainda no contexto das irregularidades criticadas temos como exemplo as invasões do espaço do Lago Paranoá sendo criticadas pelo Correio.

Em março de 2004 foi escrita uma matéria sobre um restaurante que adentra o Lago Paranoá, sendo assim duplamente irregular, situado no Villages Alvorada. O Correio apresenta um discurso crítico à ocupação da orla como evidenciado abaixo.

“Apesar de ser um bem público, o lago se transformou no quintal dos moradores do Lago Sul e Lago Norte. Hoje, os pontos onde a população pode nadar e se divertir esbarram em casas da classe média e alta de Brasília que cercaram a área do lago para lazer próprio.”¹¹²

A fala do Correio continua, na matéria, criticando a invasão dos espaços de proteção ambiental.

“No entanto, os moradores que estão nos lotes à beira do lago no condomínio não têm como atacar o restaurante por seguirem o mesmo exemplo. O Correio flagrou várias edificações em área de preservação permanente no Villages. Há quadra de basquete, churrasqueira, quiosque e piscina em área que devia ser preservada. Além disso, a rua principal do condomínio termina no lago.”¹¹³

¹¹¹ Ibidem

¹¹² Correio Braziliense, 15/05/2004, página 25

¹¹³ Ibidem

Há também exemplo de poder político, pois segundo um funcionário da Secretaria de Fiscalização e Atividades Urbanas (Sefau) que depões para o jornal “[...]muitas casas no condomínio têm liminar impedindo a desobstrução”, ou seja, possivelmente pelo nível de renda, conhecimento e influência dos moradores eles conseguem instrumentos legais que permitem burlar a própria lei. Os moradores de “espaços conquistados” não possuem essas ferramentas características do “espaço de conquista permitida”.

Há também, na reportagem, informações sobre a derrubada do muro e cancelas do Villages Alvorada anunciada pela Secretaria de Fiscalização, devido ao fato de bloquearem o acesso ao espaço público e a derrubada de casas com mais de 3 andares.

A Secretaria de Fiscalização anunciou que vai demolir o muro e a cancela do Condomínio Villages Alvorada assim que a recomendação chegar oficialmente ao órgão. O Ministério Público do DF solicitou o enquadramento do Villages às normas urbanísticas do Lago Sul, para a criação da QL 32. Além do muro e da cancela, seis casas poderão ser derrubadas por terem mais de três andares.

Como termo a matéria cita que o “condomínio é irregular”. De acordo com os termos utilizados é possível observar aqui uma crítica forte as invasões em áreas ambientais do condomínio e as obstruções do espaço público. Contudo pelas informações do Correio há uma preocupação com níveis de ilegalidade, assim sendo esse espaço parece poder ser ocupado irregularmente, porém somente até certo ponto. Dessa maneira é perceptível que dificilmente os “espaços de conquista permitida” são representados pelo jornal como totalmente irregulares. Diferentemente dos espaços conquistados.

Quando o jornal trata sobre construções do condomínio que invadem a área regulamentar de 30 metros de distância do Lago Paranoá. Percebe-se que não há referência a ilegalidade do condomínio e que o Correio volta a se posicionar contra a ocupação irregular da orla e do próprio Lago Paranoá enfatizando a problemática ambiental como visto em matérias anteriores.

“No Villages Alvorada, casa não respeitou a distância de 30 metros”¹¹⁴

Um ano depois da polêmica em torno da ocupação da orla do Lago Paranoá, várias irregularidades constatadas pelo Correio Braziliense em 2004 continuam a impedir a circulação de pessoas e animais às margens do espelho d’água. A legislação ambiental, que proíbe as construções dentro de uma área de 30 metros a partir do lago, é desrespeitada até mesmo na Península dos Ministros, endereço conhecido de autoridades do governo federal¹¹⁵

Em reportagem de agosto de 2005 novamente o correio critica as ocupações irregulares na orla do Lago Paranoá. O Villages Alvorada aparece em um exemplo *“No condomínio Villages Alvorada, proprietário montou um quiosque de palha dentro do espelho d’água”¹¹⁶* Embora haja forte crítica a essas ocupações não são utilizados termos como ilegais ou invasões para descrever a situação do condomínio. Assim, como o governo, o jornal mostra certa anuência com os “espaços de conquista permitida”.

Segue o sutiã da matéria:

“Moradores que invadiram as margens do Lago Paranoá têm 15 dias para derrubar, por conta própria, construções irregulares. Além de aplicar multas, governo promete demolir edificações ao final do prazo”¹¹⁷

“Os moradores de lotes com ocupações irregulares à beira do Lago Paranoá devem derrubá-las em no máximo 15 dias. O prazo foi fixado ontem pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), que começou a notificar os responsáveis pelas construções ilegais às margens do espelho d’água.[...] O governo quer evitar as polêmicas derrubadas e por isso deu mais uma oportunidade para que os moradores desobstruam a área espontaneamente.¹¹⁸

Pelos trechos acima é visível a mudança de termos para se definir as invasões no Lago Paranoá. Quando é referida a ilegalidade das moradias são comumente utilizados “condomínios clandestinos”, “loteamentos irregulares”, contudo quando o Correio se refere à ocupação das margens diz que os moradores “invadiram”, que as construções são “ilegais”, além de “construções irregulares”.

¹¹⁴ Correio Braziliense, 25/06/2005, página 30.

¹¹⁵ Ibidem

¹¹⁶ Correio Braziliense, 30/08/2005, página 41.

¹¹⁷ Ibidem

¹¹⁸ Ibidem

Assim podemos pensar que quando o jornal utiliza-se de termos relacionados a invasões há um maior grau de discordância do jornal com as ocupações. Como o Correio não utiliza invasões para se referir as habitações a posição do jornal não se apresenta contrária a existência do Villages Alvorada.

Vale ressaltar que em partes dos casos há dupla apropriação do espaço público realizada por alguns moradores de condomínios irregulares como explicação pode ser levantada a hipótese de impunidade das ações.

Ainda no tocante as ocupações coibidas há o caso do cercamento do Villages Alvorada. O Correio em um primeiro momento se posicionará contra os muros e cercas, porém depois haverá uma matéria no qual se posiciona a favor dos condôminos. Para sintetizar o caso o Condomínio Villages construiu muros, cercas e instalou guaritas para controlar o acesso, entretanto o governo tenta derrubar essas construções, os moradores em resposta protestam e buscam respaldo jurídico.

Em notícia de 2004 há informações sobre uma operação de derrubada da guarita, dos muros e cercas do Villages Alvorada que bloqueiam o acesso ao Lago Paranoá. Segue o sutiã da matéria:

“Moradores do condomínio impedem operação do Siv-Solo que iria derrubar muros, cercas e a guarita principal. Para o Ministério Público, construções impedem o livre acesso ao Lago Paranoá”¹¹⁹

Segundo a matéria os moradores conseguiram um mandato que suspendia a operação. Vale assinalar novamente a influência política dos moradores de “espaços de conquista permitida” ao conseguir essa liminar que freiou a recomendação do ministério público.

No texto do Correio não há termo como ilegais, invasão e irregulares para explicar a decisão do ministério público é utilizado: “o empreendimento encontra-se em área pública”¹²⁰. Assim podemos ver um certo eufemismo ao se tratar do assunto. Esse eufemismo é constante quando se trata da construção das representações sobre o “espaço de conquista permitida”.

¹¹⁹ Correio Braziliense, 14/12/2004, página 27.

¹²⁰ Ibidem

O único momento que aparecerá algo semelhante ao termo invasões é no seguinte trecho proferido por um integrante da Associação de Moradores da QL 32, grupo contrário a atitude do condomínio por dificultar um processo de regularização

“Se estamos pagando impostos, queremos que o governo venha prestar os serviços. Queremos sair da incômoda posição de invasores, marginais”.¹²¹

Analisando o discurso acima podemos perceber a única identificação de morador como invasor, embora o grau de marginalização morando em um dos locais mais nobres e com alta nível de renda é diferente dos marginalizados com menor renda e longe do centro.

No tocante ao discurso do Correio é perceptível que o bloqueio ao acesso de espaços públicos provoca incômodo, visto que as duas matérias que tratam o assunto ocupam bastante espaço e o tom de crítica aos moradores. Embora novamente não exista crítica forte a ocupação em si.

Esse movimento de ocupação do espaço da cidade que deveria ser de todos está relacionado com uma afirmação do geógrafo Jorge Barbosa:

“Podemos afirmar que a atual busca de invenção da “vida comunitária” – a partir do redesenho ou requalificação dos lugares – recria uma forma de ordenamento territorial urbano que tende a uma forte repartição de populações e reforça a segregação de convivências e, no seu limite mais dramático, anula possibilidades de criar novos sentidos para a própria vida na cidade”.¹²²

Em abril de 2005 é veiculada uma nota afirmando que Juíza não permite a derrubada dos muros no “*Condomínio Villages Alvorada*”. Na notícia não é utilizado nenhum termo como invasão, irregular somente condomínios. Podemos ver que o Correio continua divulgando esse assunto e a decisão de Juíza que privilegia a obstrução do espaço público em favor de uma área ilegal.

A guarita e os muros do condomínio Villages Alvorada, no Lago Sul, não deverão ser derrubados. Essa é a decisão, em caráter liminar, da juíza

¹²¹ Ibidem

¹²² BARBOSA, Jorge. **O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada**. In: SANTOS, Milton (org.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro:DP&A, 2006. 2.ed.P.132

Maria Isabel da Silva, da 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, que proibiu ontem o Serviço Integrado de Vigilância do Solo (Siv-Solo) de promover a derrubada da guarita central do condomínio e os muros que o cercam. Ao propor a ação, o condomínio argumentou que a demolição causaria “enormes prejuízos” materiais e insegurança aos moradores.¹²³

Em março de 2006 há mais uma matéria sobre a derrubada dos muros, visto que o prazo dado para que os próprios moradores a fizessem haviam esgotado. O Correio nesse artigo deixa claro sua posição quando se refere a ocupação tais como do condomínio Villages.

*“A guarita, o muro e os alambrados que protegem o condomínio Villages Alvorada, no Lago Sul, estão ameaçados”.*¹²⁴

Aqui vemos o ressaltar da função protetora dos muros e o uso do termo “ameaçados” que traz uma conotação negativa a determinação do governo. Dessa maneira o Correio aparenta posicionar-se a favor da manutenção dos muros. E ratifica a defesa de permanência da usurpação do espaço público.

É interessante observar como o jornal enfatiza a defesa dos muros pelos condôminos, seguem dois exemplos:

“O síndico do Villages Alvorada, Jarbas Machado, argumenta que o muro e a guarita representam a proteção dos moradores, que não contam com nenhum tipo de serviço público, com exceção da coleta de lixo. ‘No dia em que contarmos com o apoio e atendimento do governo, tiramos a cerca sem problemas’, completa.”

Podemos perceber que o síndico condiciona o desbloqueio de acesso público realizado por uma ocupação irregular a medidas de apoio governamental para uma área que não deveria existir, ou seja, o governo perdeu o controle de seu espaço e tem que realizar “benefícios” para reaver parte dele.

“Moradora do Villages Alvorada há 10 anos, a vendedora Carmem Albuquerque, 62, teme pela segurança do condomínio, caso os muros que contornam o residencial sejam derrubados. Para ela, as cercas são a única garantia de que o local não crescerá além dos limites nem será inchado pela invasão de posseiros. ‘Fizemos tudo por nossa conta, agora querem destruir’, desabafo Carmem.”

¹²³ Correio Braziliense, 26/04/2005, página 27.

¹²⁴ Correio Braziliense, 10/03/2006, página 27

Uma das preocupações da moradora, segundo o Correio, é garantir que o local não cresça e não seja alvo de “invasão”, assim podemos observar como os próprios moradores que invadiram em algum momento tentam regular a entrada de novos invasores. Aqui podemos ver como característica dos “espaços de conquista permitida” a apropriação incondicional da terra pública e a construção da oposição de “moradores antigos” (que invadiram em algum momento) x invasores (potenciais novos moradores).

Nas matérias analisadas podemos observar que há uma diferença no tratamento do Correio Braziliense entre os dois tipos de ocupação irregulares, os “espaços conquistados” e “os espaços de conquista permitida” ou ocupações irregulares de baixa renda e alta renda.

Nas representações do Correio, diversas vezes não é referenciada a ilegalidade do Villages Alvorada e quando é referenciada vem acompanhada de termos mais amenos que invasão, como “condomínios irregulares”, “condomínios clandestinos”, “condomínios de classe média.

Há poucas críticas sobre a ocupação em si, além de ser referenciado diversas vezes a qualidade do empreendimento, principalmente quando cita o “luxo” do local. Quando existem críticas elas estão relacionadas com invasão da Orla do Lago Paranoá ou obstrução do livre acesso, nesse ponto o Correio se apresenta na maior parte do tempo contrário.

Nessa perspectiva, o Correio ratifica o Villages como um local luxuoso, bom para viver, sempre na eminência de ser regularizado, ainda não sendo regularizado por problemas de desordem política. Dessa maneira há uma conivência governamental e da imprensa sobre essa ocupação, apresentando as condições necessárias para se configurar como “espaço de conquista permitida”.

3.3 - O Riacho Fundo II: A trajetória do espaço concedido

O Riacho Fundo II foi criado pelo decreto 15.441 em 08 de fevereiro de 1994 como parcelamento do Riacho Fundo, criado por sua vez em 1993. Havia a vontade da administração distrital de “assentar mais de 17 mil habitantes divididos em 3.732 lotes”.¹²⁵ Em 23 de janeiro de 2001¹²⁶ é criada a Sub-administração Regional do Riacho Fundo II, teoricamente aumentando a independência da área. Já no ano de 2003 pela Lei 3.153 o Riacho Fundo II é transformado em uma região administrativa. Tornando-se a RA XXI.

A estimativa mais atual é que possui aproximadamente 44 mil habitantes. Segundo o site da Região Administrativa do Riacho Fundo II a renda média domiciliar dos moradores da cidade é de R\$ 2.212,00 sendo a renda per capita de R\$ 639,00. Apenas 8,5% da população recebe mais de 10 salários mínimos enquanto a taxa dos que possuem renda domiciliar de até um salário mínimo é de 6,9%.¹²⁷ De acordo com os dados citados, a maioria da população não está inserida na classe média alta.

O Riacho Fundo II configura como “espaço concedido” devido ao fato de não ter sido necessária uma prévia ocupação desse local, os loteamentos foram concedidos, em sua maioria, para participantes dos programas habitacionais do Distrito Federal. Vale lembrar que as categorias não são estanques houve processo de invasão nesse local¹²⁸. Mas verifica-se a ação governamental na criação desse local com a distribuições de

¹²⁵ CARVALHO, André Luís. **Jeitos de ver, formas de narrar**: itinerários fotográficos no Riacho Fundo II. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2751/1/2007_AndreLuisCarvalho.PDF> Acesso em 28 de abril 2014.

¹²⁶ Decreto 21.109

¹²⁷ Site da Administração Regional do Riacho Fundo II: <<http://www.riachofundoi.df.gov.br/sobre-o-riacho-fundo-2/conheca-o-riacho-fundo-2-xxi.html>> Acesso em 28 de abril 2014.

¹²⁸ No relatório final da CPI das cooperativas constam denúncias a ocupações irregulares nessa região serem organizadas por políticos.

lotes e o desenho urbano do espaço. Essa mescla de maneiras de ocupação auxilia a demonstrar como o processo de ocupação de Brasília é dinâmico e multifacetado.

3.3.1 - Infraestrutura, espaço do cidadão nos espaços concedidos

Enquanto análise das matérias era realizada foi percebido que havia vários espaços de reclamações de moradores do Riacho Fundo II, sobre o local. Assim podemos observar dois pontos importantes. Primeiro, o local possui alguns problemas de infraestrutura; segundo o Correio dá espaço para as reclamações dos moradores e cobra as autoridades competentes.

A matéria seguinte apresenta um problema que estará em todos os outros anos da pesquisa, a questão do asfalto no Riacho Fundo II. Esse texto se encontra no espaço “Grita Geral” do jornal, onde as pessoas enviam suas reclamações para o Correio.

Liliane Ursulo, 21 anos, reclama da falta de asfalto no Riacho Fundo II, onde mora. “A cidade tem cinco anos e nunca recebeu asfalto. Os moradores são obrigados a conviver com a lama e a poeira. As ruas estão cheias de erosão. É difícil viver aqui desta maneira. Quando a administração vai asfaltar nossa cidade?”, questiona Liliane.

A Administração Regional do Riacho Fundo informa que, apesar do Riacho Fundo II ter apenas cinco anos, nos últimos dois foram construídas uma escola pública, um posto de saúde, um posto policial e quadras de esportes, além de melhorias e ampliação da iluminação pública e infraestrutura. Quanto ao asfalto, as obras já começaram. Basta Liliane andar pela cidade e comprovar.¹²⁹

Aqui o Correio mostra com realce os problemas de infraestrutura como ocorre no Arapoanga, contudo existe uma cobrança e busca de resposta da Administração, não é apenas a sinalização de um problema, como faz quando se refere aos espaços conquistados.

Pela resposta da administração que condiz com os estudos sobre o tema, o Riacho possui um grau de estruturação, mesmo não sendo completo.

Abaixo há outra matéria representando as demandas dos moradores.

¹²⁹ Correio Braziliense, 02/04/2001, página 3

Ednaldo cansou-se de conviver com a poeira do Riacho Fundo II . Segundo ele, não há infraestrutura na cidade e a administração está mais preocupada em cuidar do Riacho Fundo I , parte mais antiga. A s principais queixas do comerciário são sobre falta de asfalto, segurança e iluminação pública.

Para Milton Barbosa Rodrigues, administrador da cidade, a situação não é bem essa que Ednaldo conta. Segundo Milton, se o Riacho Fundo II for comparado com qualquer outra cidade do Distrito Federal, será fácil constatar que foi a cidade que mais progrediu e teve investimentos nos últimos anos. Entre as melhorias apontadas por Milton estão asfalto (em fase de implantação), extensão da iluminação pública, criação de um batalhão da Polícia Militar na cidade, construção de quadras de esportes, redes de telefonia e complementação da rede de esgotos.

Comparado a locais próximos, como Recanto das Emas e Samambaia, o Riacho Fundo tem baixo índice de violência. A orientação para a comunidade é tentar ligar, primeiramente, para o 19 0, depois para os postos policiais e até mesmo para o quartel. Não podemos estar em todos os lugares ao mesmo tempo, por isso é importante que a própria comunidade fique atenta à movimentação de pessoas suspeitas”, ensina o major Daier.¹³⁰

Na matéria o Correio só apresenta as demandas de um morador, não colocando outros para corroborar a opinião, enquanto busca duas autoridades para contrapor o argumento. Assim é possível pensar, nesse caso, que o correio apresenta o Riacho Fundo 2 como um local que tem problemas, mas é melhor que a maioria, e que pela natureza de espaço concedido os moradores deveriam estar contentes.

Outro elemento observado que poderá ser visto em outras notícias é a identificação nominal dos moradores do Riacho Fundo II, aqui aparece quando o morador reclama das atenções dadas ao Riacho Fundo I. Assim cria-se uma oposição entre os moradores da parte I e II da região.

Segue outro exemplo do “Grita Geral” que aborda o tema do asfalto:

Rosana Maria da Costa Silva diz que o Riacho Fundo II, onde mora, ainda não recebeu asfalto: ..Apenas o pedaço de uma rua foi asfaltada. As máquinas saíram da cidade e que quero saber se as obras vão continuar ou não...

A Administração Regional do Riacho Fundo informa que as obras de asfaltamento do Riacho Fundo II foram interrompidas para que fosse feita nova licitação. Os serviços foram retomados e, até o final de 2002, todas as ruas da cidade estarão asfaltadas¹³¹

¹³⁰ Correio Braziliense, 27/05/2001, Guia, página 3.

¹³¹ Correio Braziliense, 03/10/2001, Guia, página 3

Podemos levantar a hipótese que por a área por ser reconhecida legalmente, o jornal considere as demandas da população como legítimas assim devendo ser apresentadas como cobrança. Ou seja, cabe ao poder público prover o espaço dos serviços essenciais.

Em outro “Grita Geral” de outubro podemos observar que os moradores e o Correio continuam cobrando as de asfaltamento.

A recepcionista Lucélia Gomes da Silva, 26 anos, diz que as obras de asfaltamento das quadras QC 4, 6 e 8 do Riacho Fundo II, onde mora, não foram concluídas. ..Quero, ao menos, uma previsão de quando o serviço será reiniciado..., pede a moradora.

A Administração Regional do Riacho Fundo informa que as obras foram retomadas. Até o fim do ano que vem, toda a cidade estará asfaltada.¹³²

Em notícia de novembro de 2002 é possível observar que o Correio Braziliense continua divulgando as críticas dos moradores e algumas vezes cobrando de forma mais incisiva, como no seguinte caso de reclamação de um morador.

BURACO E LIXO

O policial militar Natanael Ferreira dos Santos, 36 anos, morador do Riacho Fundo II, está incomodado com a situação do Conjunto 6 da QN 15D, onde reside. Segundo ele conta, há pouco tempo a Administração Regional concluiu as obras de implantação de rede de esgoto, mas deixou buracos na pista que dá acesso às ruas do conjunto. Com isso, além de intransitável, a parte da estrada que está danificada virou depósito de lixo. “Os moradores estão jogando tudo que não é aproveitável nesses buracos. Já avisei para a administração, que ficou de tomar providência, mas não o fez”, cobra.

A reclamação de Natanael foi enviada para a administração no dia 23 de outubro. De lá para cá, ainda foram feitos três contatos com o órgão, por telefone e via fax. Mas a resposta não veio. Mesmo assim, fica aberto este espaço para a Administração Regional do Riacho Fundo se manifestar acerca do problema, se assim o desejar.¹³³

Aqui é possível observar a maneira que o Correio critica a capacidade de resposta da Administração. Os problemas de infraestrutura são típicos dos “espaços concedidos”, pois há uma transferência de moradores sem a devida preparação do local.

¹³² Correio Braziliense, 22/10/2001, Guia, página 3

¹³³ Correio Braziliense, 02/11/2002, Guia, página 3

Mas diferentemente dos espaços conquistados não é atribuído ao lugar de espaço concedido adjetivos pejorativos.

Em 2003 há situação semelhante ao que ocorre na matéria anterior, onde existe queixa sobre a pavimentação e o Correio critica a postura da administração

Morador da QN 15 D do Riacho Fundo II, João Ricardo do Nascimento, 36 anos, diz que a rua em frente à casa dele nunca foi asfaltada, mas era de terra batida. “Pelo menos o chão duro não fazia poeira quando os carros passavam”, conta. No dia 15 de maio, no entanto, a Administração Regional da cidade passou um trator na estrada de terra, acabando assim com a trégua entre a poeira e os moradores. “Minha filha de seis anos já começou a tossir muito por conta da poeira. Quando a administração vai começar a asfaltar essa rua?”

Por enquanto, a pergunta de João Ricardo ficará sem resposta. Ele procurou a coluna no dia 18 de junho. Imediatamente, comunicamos sua reivindicação à Administração Regional do Riacho Fundo II que, até agora, não se manifestou sobre o problema, apesar das várias cobranças feitas pela nossa equipe.¹³⁴

O Riacho Fundo II ao longo do período que se insere nessa pesquisa continuou crescendo, havendo mais doações de lotes, contudo alguns não possuem infraestrutura básica e mesmo assim foram entregues.

Morador do Conjunto 4 da QN 12C do Riacho Fundo II, o leitor Washington Rocha reclama da falta de instalações de água e luz do lugar onde mora. As casas novas fazem parte de cooperativas e foram entregues sem saneamento básico.

Os moradores já tentaram entrar em contato com a administração, mas, até agora, não conseguiram a instalação da infra-estrutura. “Eles estão cientes de que estamos usando água e luz clandestinas, mas não tomam providência. A Caesb diz que, para resolver o problema, depende da administração. Esta, por sua vez, diz que falta verba e planejamento”, conta.¹³⁵

Aldo Paviani aborda que o “acesso dado” é realizado com “lotes semi-urbanizados”¹³⁶ o que efetivamente aconteceu em alguns momentos no Riacho Fundo II, como mostra a matéria acima. A doação de lotes e a falta de estrutura apropriada apresentam-se como características dos “espaços concedidos”.

¹³⁴ Correio Braziliense, 24/07/2003, página 28.

¹³⁵ Correio Braziliense, 19/08/2003, página 26.

¹³⁶ PAVIANI, Aldo. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade. P.220 In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996

É observável que os moradores do Riacho Fundo II tem voz, direitos, ou seja, são cidadãos. Quando se trata do “espaço conquistado” não existe esse mesmo espaço de cobrança.

Em março de 2004 há outra matéria relativa ao asfalto, mostrando que mesmo depois de anos a questão de infraestrutura permanece como problema.

PROTESTO POR OBRAS NO RIACHO FUNDO II

Um grupo de 60 moradores do Riacho Fundo II bloqueou às 6h15 de ontem a DF-001, entre o Gama e Taguatinga, para cobrar a urbanização das quadras QC 4 e 6. Os manifestantes queimaram pneus e colocaram cadeiras no meio da pista para impedir a passagem dos carros. [...]O protesto só terminou com a chegada do secretário de Obras do Distrito Federal, Rôney Nemer, ao local. A manifestação ocorreu no quilômetro 63 da via. Vice-prefeita da quadra 6, a dona-de-casa Eliane Lopes reclamou que a comunidade está cansada de enfrentar lama, na época das chuvas, e poeira, na seca. ‘A água empoça, não tem para onde correr. Quem arrisca atola o carro’, contou. O secretário de Obras disse que o asfaltamento das ruas depende de estudo ambiental, mas acredita no começo das obras até o fim do ano.¹³⁷

No mês de agosto de 2004 há uma matéria que ocupa $\frac{3}{4}$ da página sobre problemas para entregas de cartas no Riacho Fundo II, mostrando a relevância que o Correio dá para o problema local. Essa notícia traz elementos importantes para refletir sobre legalidade.

Agora, uma nova categoria entra no cenário brasileiro. Os sem-carteiros. Isso mesmo. Um povo que mora em local conhecido, pagou para estar ali, tem endereço completo, paga conta de água e luz (a conta chega por meio dos funcionários das respectivas empresas), tem rua com asfalto, placa na porta, CEP e até caixinha dos Correios à espera de uma carta que nunca chegou. E, pelo visto, vai ser difícil chegar.

Que povo é esse? São os moradores de uma parte do Riacho Fundo II, assentamento que virou cidade há um ano. São pelo menos 1.200 casas e perto de quatro mil moradores sem contato com o mundo — pelo menos o mundo via postal.¹³⁸

A matéria cita que o morador “pagou para estar ali” e elementos de infraestrutura para legitimar o pedido dos habitantes, ou seja, Correio torna o Riacho Fundo II como local merecedor de serviços. Esse argumento é corroborado quando cita

¹³⁷ Correio Braziliense, 03/03/2004, página 24.

¹³⁸ Correio Braziliense, 03/08/2004, página 26.

que era um assentamento e virou cidade, ou seja, com status de cidade eles têm o direito de cobrar o governo, são cidadãos.

Outro problema abordado quando se trata o Riacho Fundo II é a questão das escolas, esse problema também aparece na análise de matérias sobre o Arapoanga.

Os técnicos também detectaram dificuldade de atendimento em três localidades do DF: Arapoanga, loteamento de Planaltina; Itapuã, no Paranoá, e Riacho Fundo II.

*“O Riacho Fundo II é um loteamento recente, que não pára de crescer. Por isso, ainda não temos escolas o suficiente ali. Buscamos alternativas, como, por exemplo, oferecer transporte para os alunos estudarem em outros locais”, disse Mara Gomes. Como são loteamentos irregulares, Itapuã e Arapoanga só podem abrigar escolas provisórias.*¹³⁹

Aqui podemos perceber um crescimento sem muito controle no espaço. Como há diferenças na regulação de serviços para as “invasões” e os espaços regulamentados. No caso da infraestrutura, os espaços dados possuem semelhanças com o espaço conquistado, pois ambos carecem de alguns serviços básicos, nesse quesito eles se diferenciam do “espaço de conquista permitida”, já que uma das características desses lugares é o auto provimento por parte dos moradores.

3.3.2 - Política e ocupação no Riacho Fundo II

A questão habitacional não escapa a política, principalmente com a especificidade da posse de terra no DF, sendo a maior parte pertencente ao Estado. No campo da ocupação haverá disputas por terras no Riacho Fundo II, assim como invasões. Esses aspectos serão abordados nas reportagens abaixo.

Em setembro de 1999 há uma notícia sobre invasões no governo Roriz, o jornal traz uma cronologia das mesmas, na qual aparece uma citação ao Riacho Fundo II.

UM ANO DE INVASÕES

FEVEREIRO DE 1999

No dia 18, Terracap e Serviço de Vigilância do Solo (SivSolo) levam três horas e meia para demolir 16 barracos de tijolos na Q E 44 do Guará II —

¹³⁹ Correio Braziliense, 24/12/2004, página 21

*os invasores reagiram e deram trabalho para sair dos casebres, que foram erguidos durante o carnaval. No dia 23, 15 barracos são removidos em várias áreas do Núcleo Bandeirantes. Dois dias depois, ocorre a derrubada de 400 barracos na QN 10 do Riacho Fundo II. Muitos invasores antecipam o trabalho, desmontando o barraco na véspera.*¹⁴⁰

No texto é perceptível a distinção no discurso quando referente ao espaço concedido em relação ao espaço conquistado, mesmo o Riacho fundo II não sendo um local de classe alta, o Correio critica as *invasões* feitas nesse espaço, pois ele é legitimado pela lei. Vale ressaltar que os termos utilizados para se definir as ocupações como “*invasões*” e “*barracos*”, mostram como o Correio apresenta a irregularidade de baixa renda de maneira diferente do que ocorre nos “*espaços de conquista permitida*”.

O Correio Braziliense, nas suas matérias, irá se posicionar contra Joaquim Roriz e sua política habitacional. Abaixo podemos observar dois textos publicados na mesma página, o primeiro trata-se de um editorial e o segundo é uma carta aos editores.

Trecho do Editorial:

Somos, isto sim, e continuaremos sendo contra políticas e ações, governamentais ou não, que nos pareçam inócuas e nocivas. E que, ao seu término, acabam [a]traindo interesses e objetivos eleitorais. Além de prejudicarem a sociedade como um todo, incluindo aí os mais pobres. A política de distribuição de lotes do sr. Roriz no governo anterior dele fez mal muito mal a Brasília. Porque atraiu para cá levas e levas de migrantes, inchou e degradou muitas cidades do Distrito Federal.

Trecho da carta

Fiquei indignada ao ler no Correio Braziliense que o governador Roriz vai dar quatro mil lotes para os invasores da cidade de Santa Maria. Não sou contra ele dar lotes a quem quiser. Mas o que quero saber é como ficarão os que estão escritos no Idhab há mais de 15 anos, esperando pela chance de ter o seu lote, como é o caso da minha mãe. Com mais de 64 anos e morando em Brasília desde 1964, ela está inscrita desde 1982, tendo 7.385,21 pontos. Quando Roriz deu o lote dela, no Riacho Fundo II, foi pouco antes de Cristovam assumir o governo. E, assim que assumiu, suspendeu as entregas dos lotes. Agora, esperançosa com o retorno do sr. Roriz, aparece essa palhaçada de dar lote a invasores. É palhaçada mesmo, porque nós moramos em Brasília desde 64 e jamais ganhamos um lote porque nunca tivemos coragem de invadir. Gostaria de saber do governador se minha mãe

¹⁴⁰ Correio Braziliense, 11/09/1999, página 3

*precisará tornar-se invasora para ter seu lote. Pois ela já está cansada de morar de favor na casa de filhos.*¹⁴¹

O discurso do correio não se apresenta totalmente contra uma modalidade de distribuição de lotes para quem não têm condições, mas é perceptível a crítica ao modelo de Joaquim Roriz. As reportagens do Correio reproduzem um discurso de exclusão aos imigrantes, como se a maioria dos moradores do DF não fossem imigrantes ou filhos de imigrantes.

Na carta a representação do direito a terra passa por um legalismo somado ao tempo de vida dos moradores no DF, ou seja, pode se ter acesso a terra quem está inscrito nos programas habitacionais e já vive em Brasília. Pelo trecho podemos depreender a obscuridade por vezes dos processos de doação de lotes, visto que como no caso acima nem sempre são seguidos critérios claros na ordem de recebimento de terras.

Em uma carta dos leitores podemos ver o espaço de crítica que associa o governador ao Riacho Fundo II.

MUITA POEIRA

*Enquanto se articula a construção da terceira ponte, em que serão investidos milhões de reais, muitas crianças no Riacho Fundo II e Recanto das Emas estão sofrendo com problemas respiratórios por conta de tanta poeira, pois se trata de localidades sem asfalto. Será que o governador não tem sensibilidade em relação às exigências naturais de seus eleitores ou se lembrará deles somente nas próximas eleições?*¹⁴²

Os problemas de infraestrutura são uma constante no espaço dado aos leitores pelo jornal. Também é possível observar que o Correio associa a imagem do governador ao Riacho Fundo II. Levantando a hipótese que o volume de matérias apresentando cobranças sobre esse local vai além da representatividade popular e se insere em uma crítica a Roriz, por ele ter participado da criação do Riacho Fundo II e manter doação de lotes na região.

¹⁴¹ Correio Brasiliense, 16/09/1999, página 4.

¹⁴² Correio Braziliense, 14/07/2000, página 4.

Em alguns momentos Riacho Fundo II é representado como palco de promoção pessoal do governador a matéria abaixo traz reflexões sobre o tema, além da questão do governador podemos ver também a mistura de ocupações irregulares no espaço dado e representações de legitimidade.

Joaquim Roriz estabeleceu uma lei própria para construção de igrejas no Distrito Federal. O governador do Distrito Federal desautorizou publicamente o administrador do Riacho Fundo, Milton Barbosa Rodrigues, que na última sexta feira mandou derrubar uma igreja católica em situação irregular. Roriz deu um puxão de orelhas em seu auxiliar durante solenidade no Riacho Fundo II. O governador marcou um prazo de 72 horas para que a administração tome as providências para legalizar a invasão em á área pública. Dentro de três dias, quero esse terreno legalizado. Terreno de igreja não se mexe. Ali é onde se divulga a palavra de Deus. Não aceito esta violência'', repriminou. A cena aconteceu quando o governador anunciava a entrega de casas populares para servidores públicos locais. Ao ver faixas e cartazes de repúdio à derrubada promovida pela administração, Roriz pediu que uma das manifestantes subisse ao palanque montado em frente à s novas casas construídas na quadra 8 .

CASA PARA SERVIDOR

Joaquim Roriz foi ao Riacho Fundo II para cumprir uma etapa do projeto Servir, criado para garantir moradia a funcionários do GDF que não têm acesso a casa própria. Cento e oito servidores públicos receberam as chaves de suas casas construídas, em regime de empreitada, com financiamento do Governo do Distrito Federal. Os recursos de R\$ 1,3 milhão são do Fundo de Habitação do D F (Fundhab).¹⁴³

No tocante a igreja podemos ver como ocorrem misturas de tipos de ocupação no mesmo espaço, ou seja, por vezes há “espaços conquistados” e “espaços de conquista permitida” na mesma região. É possível observar que a possibilidade de regularização está relacionada com a vontade de uma autoridade. Podemos perceber o questionamento do Correio aos métodos utilizados por Roriz e sobre as próprias ocupações irregulares. Podemos perceber que não há crítica sobre doação de lotes aos servidores, pois os mesmos não teriam acesso a moradia, mostrando uma representação de quem têm direito a terra, no caso em questão não são pessoas sem total falta de recurso.

Em matéria de março de 2001 o Correio traz a informação de que o local em que o governo do GDF realizou a construção do Riacho fundo 2 pode estar em área pertencente à União.

RIACHO FUNDO II

¹⁴³ Correio Braziliense,08/08/2000, página 6

GDF loteou e ergueu uma cidade em terras que pertencem ao governo federal.

União quer agora ceder área oficialmente, em troca de uma compensação

Com cinco anos de existência oficial, o Riacho Fundo II é uma das cidades que mais crescem no DF. Hoje, tem 28 mil habitantes e vai ganhar mais 2,7 mil lotes em breve. A cidade já tem posto de saúde, escola, comércio, água e luz, e logo terá asfalto. De tão importante, ganhou até uma subadministração. Só que a área onde o GDF ergueu a cidade não pertence ao governo local. Um inventário que está sendo concluído pela Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU) mostra que o Riacho Fundo II foi integralmente construído sobre terras da União.¹⁴⁴

É interessante observar que o Riacho Fundo II é tratado como “cidade”, representando consolidação e reconhecimento. Diferentemente das favelas que são referenciadas pelo que não têm¹⁴⁵ o Riacho Fundo II é tratado como tendo infraestrutura. Contudo é observável novamente como o espaço do Riacho Fundo II é utilizado para realizar críticas ao governo como pode ser percebido também nesse trecho da matéria “O loteamento da área começou em 1991, durante o segundo governo de Joaquim Roriz”.¹⁴⁶ Assim Roriz é associado à construção do Riacho Fundo II e consequentemente a todos os problemas que vierem.

Em julho de 2002 há uma matéria abordando o uso político das invasões. O Riacho Fundo irá aparecer no contexto de ter regiões que estão sendo invadidas. Segue o Sutiã da notícia:

A exemplo do candidato à reeleição Joaquim Roriz, políticos buscam o voto dos invasores com promessa de regularização das ocupações irregulares. Eles interferem no trabalho de fiscalização do governo e fazem propaganda eleitoral nos loteamentos que surgem a cada dia¹⁴⁷

Referências ao Riacho Fundo II:

Os novos focos de interesse são uma faixa de terra à margem da BR-060, no Setor Industrial de Taguatinga; uma área pública no Setor P Norte de Ceilândia, e um terreno destinado ao Pró-DF, ao lado da QC 4 no Riacho Fundo II.

¹⁴⁴ Correio Braziliense, 16/03/2001, Cidades, página 20

¹⁴⁵ Como observado na análise sobre o Araponaga

¹⁴⁶ Ibidem

¹⁴⁷ Correio Braziliense ,30/07/2002 , página 16

Assim como o piauiense José, está Alberto Teixeira de Alexandria, 32 anos. O motorista desempregado montou uma barraca numa área destinado ao Pró-DF no Riacho Fundo II e espera ganhar o lote. [...] Viu os vizinhos entrando na área e repetiu o gesto.

As áreas mais visadas pelos loteadores nos últimos três meses foram a Colônia Agrícola Vereda da Cruz, em Taguatinga; área lateral do terminal rodoviário do Setor P Norte, em Ceilândia; ao longo das quadras 600, em Samambaia; Colônia Agrícola Sucupira, no Riacho Fundo II;

INVASÕES PROGRAMADAS

As invasões programadas surgem em poucas horas. Motivados, em muitos casos, por políticos, grupos formados por dezenas de invasores invadem o terreno na tentativa de pressionar o governo e garantir a criação de um assentamento.

ÁREAS MAIS VISADAS

As invasões desse tipo surgidas nos últimos três meses estão no Setor Industrial de Taguatinga; nas proximidades do terminal do setor QNQ/ QNR de Ceilândia; e na QC 4, no Riacho Fundo II.¹⁴⁸

Podemos perceber além da crítica a Joaquim Roriz uma denúncia sobre as ocupações irregulares, vemos que o Riacho Fundo como local legitimado pelo poder público não pode ter invasão, assim são feitas de matérias anunciando que o local está sendo invadido. O termo “*invasão*” também mostra como o correio se contraria a essa modalidade de ocupação no Riacho Fundo II, visto que quando pretende fazer menos críticas como foi o caso do Villages Alvorada se utiliza de termos como “loteamentos irregulares.

No final de 2004 e no ano de 2005 é importante ressaltar a maneira que o Correio Braziliense dispõe notícias sobre possibilidade de doações de mais lotes no Riacho Fundo II, se assemelhando a uma campanha para que haja essa disponibilização. Como pode ser exemplificado nas matérias abaixo.

Das 143 cooperativas selecionadas, 90 (62%) estão ligadas ao movimento. E todas elas preferem a área no Riacho Fundo II, que vinha sendo negociada entre União e GDF na última semana para ser utilizada no programa federal. “Meu marido trabalha no DF, minhas filhas estudam aqui. Por que eu iria para a Cidade Ocidental? Vou fazer o quê lá?”, reclama a dona-de-casa Ana Maria Serra, inscrita na Associação Pró-Moradia dos Trabalhadores no Correios e Telégrafos (Habitect)

¹⁴⁸ Ibidem

Em reunião ontem entre técnicos do GDF e do governo federal, a negociação avançou. ‘Estamos afinando as propostas. Ao oferecermos a Cidade Ocidental, não estamos excluindo as regiões do Riacho Fundo II e Guará’, diz o porta voz do GDF, Paulo Fona. ‘A vantagem de ser na Cidade Ocidental é que a área já está registrada em cartório, tem licenciamento ambiental e projeto urbanístico, pronta para ser ocupada. Foi uma proposta para facilitar’’, explica Fona¹⁴⁹

Podemos perceber que o Correio apóia a demanda pelo Riacho Fundo II, mostrando através da fala da entrevistada que a Cidade Ocidental não possui o necessário para os moradores, assim representando o Riacho Fundo como um espaço que pode ser ocupado, contudo de maneira regular. A fala da entrevistada mostra que a Cidade Ocidental comparada com o Riacho Fundo II se constitui como um espaço de segregação.

O modelo de cooperativas está intimamente relacionado como os “espaços concedidos”, sendo a inscrição em uma cooperativa uma maneira de organizar a doação de lotes. É claro que como todo grupo as cooperativas envolvem relações de poder, dessa maneira algumas cooperativas pelas características de seus membros exercem maior influência na disputa por territórios.

No mesmo mês da matéria anterior há outra notícia abordando a questão das cooperativas e a preferência por terras no Riacho Fundo II em detrimento da Cidade Ocidental.

Há duas semanas, o governador Roriz propôs uma área na Cidade Ocidental (GO), a 42 km Brasília, para as famílias beneficiadas pelo programa. O local está pronto para ser ocupado e já conta com escritura e licenciamento ambiental. Técnicos da Secretaria do Patrimônio da União e do Ministério das Cidades apontaram uma outra área, de 152 hectares no Riacho Fundo II, vazia, pertencente ao governo federal. ‘Estamos discutindo o convênio, não vamos entrar em detalhes. Essa é outra negociação’’, afirmou Fona.¹⁵⁰

Em janeiro de 2005 é veiculada reportagem abordando a demanda de lotes no DF, o Riacho Fundo II aparece como possível local para essa demanda. Segue o subtítulo da notícia:

¹⁴⁹ Correio Braziliense, 14/10/2004, página 27

¹⁵⁰ Correio Braziliense. 20/10/2004, página 23

“Programa de habitação tem 2.300 famílias selecionadas no DF e R\$ 19 milhões no banco, mas não há terrenos para as moradias. Cooperativas ameaçam invadir área”

O GDF chegou a oferecer lotes na Cidade Ocidental (GO), a 42 km de Brasília. Nem o Ministério das Cidades e nem as cooperativas classificadas concordaram com a oferta, por ser muito distante. “Oferecemos uma alternativa e não quiseram. O GDF aguarda novos contatos, mas a disponibilidade que existe é a mesma que foi proposta anteriormente”, afirma o porta-voz do governo do DF, Paulo Fona.

O governo federal está disposto a ceder terras, mas não em tão pouco tempo. As 146 cooperativas habitacionais selecionadas reivindicam uma área no Riacho Fundo II, de propriedade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O órgão federal, no entanto, tem outros planos para a região, que fará parte de outro programa de moradia para a população de baixa renda, e mesmo assim a área só estará disponível em dezembro deste ano. [...] Entre as cooperativas, algumas sugerem até mesmo a invasão do Riacho Fundo II, numa tentativa desesperada de acelerar o processo de doação dos lotes.¹⁵¹

Nota-se aqui uma crítica a capacidade de disponibilização de terras. O Riacho Fundo II aparece novamente como possível local para atender essa demanda. As tentativas de invasões para agilizar o processo de doação citada na matéria é uma constante no processo de ocupação no Distrito Federal, visto que a velocidade de ofertas habitacional muitas vezes não agrada como é o caso da Cidade Ocidental e não atende a demanda.

Em matéria sobre a celebração de convênio entre os governos federal e local para novas ocupações no DF é possível observar o Riacho Fundo II novamente como um espaço disponível.

Foram meses de negociações. Ontem à noite, os governos federal e local encerraram a fase das intenções e firmaram o compromisso de trabalhar juntos pela regularização das ocupações irregulares no Distrito Federal. Foi criado um comitê gestor paritário para elaborar um modelo de legalização válido para parcelamentos em terras da União e do GDF. [...] A expectativa é que 600 mil pessoas sejam beneficiadas.

O debate no comitê começará pelo Riacho Fundo II. Ao redor da cidade há uma área habitacional remanescente desocupada, capaz de abrigar 3 mil famílias. O local é considerado pela Secretaria de Patrimônio da União

¹⁵¹ Correio Braziliense, 24/01/2005, página 17.

*(SPU) como setor destinado a assentamento popular. Mas o parcelamento do solo ainda dependerá de licenciamento ambiental e projeto urbanístico.*¹⁵²

Nota-se aqui o termo cidade como referência de consolidação. É interessante notar como o termo “assentamento” está relacionado ao nível de renda, visto que essa expressão não é utilizada quando se trata da demanda das classes média e alta. Dessa maneira “espaço concedido” e “espaço conquistado”, apresentam semelhanças no tratamento dispensado pelo jornal, no que se refere às condições socioeconômicas da população.

Em matéria de setembro de 2005 ainda abordando a celebração do convênio é possível observar uma pressão para que haja a doação dos lotes no Riacho Fundo II.

O consenso é de que a primeira providência será criar um novo setor habitacional destinado a famílias de baixa renda. Ficará próximo ao Riacho Fundo II, em terras da União. A prioridade é responder às pressões das cooperativas habitacionais do DF que no ano passado conseguiram uma verba de R\$ 20 milhões, pelo programa Crédito Solidário, do Ministério das Cidades. [...]

*De olho na área do Riacho Fundo II, representantes dos movimentos de luta pela habitação popular, unificados na Coalizão pela Moradia, farão um protesto na manhã de segunda-feira. “A assinatura de um convênio não gera lote para ninguém. O que nós queremos é terra”, critica Léo Rezende, integrante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia no DF.*¹⁵³

A leitura da matéria nos permite pensar o Riacho Fundo II como um espaço duplamente concedido, pelo governo e pela imprensa que apóia a ocupação do local. Podemos também associar com o ordenamento territorial, como não incomoda o centro pode-se alojar pessoas de baixa renda no local, visto que não aparece proposta de incluir um espaço para classe média no mesmo local. Aqui há outra característica do “espaço concedido”, normalmente ele não se encontra próximo ao centro, pois o centro é reservado para as classes média e alta.

A próxima matéria aborda um encontro do Governador e autoridades com representantes de cooperativas.

¹⁵² Correio Braziliense, 09/09/2005, página 25

¹⁵³ Correio Braziliense, 10/09/2005, página 26

Os representantes das 17 entidades foram recebidos às 13h30 pelo governador Joaquim Roriz. Participaram do encontro também a vice-governadora Maria de Lourdes Abadia, a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Meirelles, o secretário da Agência de Infra-Estrutura, Tadeu Filippelli, e a deputada distrital Ivelise Longhi, que é ex-secretária de Habitação. As lideranças comunitárias leram as reivindicações às autoridades e pediram que o governador invista em infra-estrutura para urbanizar o Riacho Fundo II.

O governador Joaquim Roriz disse que sua maior preocupação é com os critérios usados pelas cooperativas para aceitar associados e distribuir os lotes. Ele teme que a venda de novas áreas para a produção de moradia popular atraia novos migrantes para a cidade. “Se a gente entrega mil lotes, vêm mais duas mil pessoas para Brasília. É preciso que as entidades usem critérios rigorosos na entrega dos imóveis”, defendeu o governador.¹⁵⁴

Nesse trecho a crítica a infraestrutura presente no discurso do jornal vai de acordo com os estudos quando estes tratam das satélites que, na sua maioria é criada sem infraestrutura. Na fala de Roriz vemos a preocupação das acusações já feitas em outros momentos de que a doação de lotes gera imigração e a crítica dele em relação as cooperativas que já foram alvos de CPI por terem critérios por vezes obscuros de selecionar moradores e organizarem invasões.

Nas representações estabelecidas pelo Correio Braziliense o Riacho Fundo II não aparece como um local perfeito, o jornal apresenta os problemas da cidade, contudo há diversas matérias que ressaltam ações positivas na região. Nas reportagens abaixo poderemos visualizar como são representados os problemas e os pontos positivos do Riacho Fundo II.

Em maio de 2000 há um exemplo de problema somado a uma ação positiva.

É notório que muitos crimes contra a vida acontecem em bares e quiosques, ou em locais próximos a esses estabelecimentos, durante a madrugada. Para inibir atentados desse tipo e evitar problemas como barulho fora de hora, a Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas do Riacho Fundo realizou uma vistoria em bares e quiosques do Riacho Fundo II em conjunto com a polícia. Durante a fiscalização, das 23h às 2h, os fiscais notificaram três estabelecimentos e lavraram dois autos de infração contra os comércios que estavam abertos depois do horário determinado por lei.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Correio Braziliense, 13/009/2005 , página 27

¹⁵⁵ 05/05/2000, Cidades, página 2

Embora esteja sendo abordado um problema, podemos ver a ação da administração no Riacho Fundo II, ou seja, mostra que o governo presta atenção no local.

Em nota de fevereiro de 2002 podemos ver outro ponto positivo no Riacho Fundo II, a realização de uma festa.

Quem já está em ritmo de carnaval pode aproveitar a noite de hoje para curtir os primeiros momentos da folia. Pelo menos para os moradores do Riacho Fundo II, que podem participar da primeira noite da festa na cidade. Das 20h às 24h, haverá baile aberto para a população da cidade. O agito acontece na área próxima à Administração, que é a promotora do evento.¹⁵⁶

A caracterização de favelas ou espaços conquistados é realizada pelo que não têm, no caso do Riacho Fundo II podemos observar as divulgações de atividades, assinalando o que o Riacho Fundo II possui.

Em maio de 2002 há uma matéria sobre o projeto adote uma nascente, a solenidade é realizada no Riacho II. Novamente o Riacho Fundo II é caracterizado pelo que ele tem, assim o “espaço concedido” se torna um local que possui ações de interesse para a população, seja do Estado, ou das organizações da sociedade civil.

A ONG Instituto de Desenvolvimento Estrutural, Social e Político (Indesp) se engajou no projeto Adote uma Nascente, da Secretaria de Meio Ambiente, e resolveu adotar a nascente do córrego Riacho Fundo. A solenidade de adoção está programada para hoje, a partir das 9h30, na Escola Rural do Riacho Fundo II. Além dos integrantes da ONG, vão participar cerca de 300 alunos de escolas públicas do Riacho Fundo, que vão plantar árvores no local. Durante o evento, que é aberto à comunidade, a Associação de Capoeira Ladainha, do Mestre Gilvan, vai promover a terapia do abraço e distribuir sorvete de graça para as crianças. O projeto Adote uma Nascente visa preservar e despoluir as nascentes dos rios do Distrito Federal. Mais informações com Heitor, pelo telefone 9963-7433.¹⁵⁷

A matéria a seguir é apresenta a demanda de uma moradora do Riacho Fundo II que não está associada ao espaço onde vive. Assim o Correio representa os moradores do Riacho Fundo II como integrantes do DF, com direito a cobrança de melhorias.

A estudante Adriana dos Santos Oliveira, 27 anos, moradora do Riacho Fundo II, diz que falta medicamento no Setor de Reprodução Humana do

¹⁵⁶ 08/02/2002, Guia , página 2.

¹⁵⁷ Correio Braziliense, 04/05/2002, Guia, página 2.

*Hospital Materno Infantil de Brasília (Hmib). “Faz quatro anos que estou à espera de fertilização in vitro e nunca consigo. Isso porque estão em falta os medicamentos usados nesse processo”, reclama. “Já me dispus até a comprá-los, mas o hospital não aceitou. O que eu devo fazer para realizar o sonho de ser mãe?”, pergunta*¹⁵⁸

Em maio de 2005 há uma matéria que realça a questão de pertencimento do Riacho Fundo II. Segue o sutiã da reportagem.

*“Moradores da nova região administrativa do Distrito Federal apostam na autonomia para melhorar a qualidade de vida e a infra-estrutura do local e fazem plebiscito para escolher um nome para a cidade”*¹⁵⁹

Pelo trecho podemos observar a inserção do Riacho Fundo como parte integrante Distrito Federal, ao contrário do que normalmente ocorre como o Arapoanga que é tratado como parte de Planaltina e o Villages Alvorada no Lago Sul. Assim o “espaço concedido”, por ser regular é tratado como parte da cidade.

*Antes da aprovação da lei que criou, além do Riacho Fundo II, as regiões administrativas do Sudoeste, Varjão e Águas Claras, a cidade pertencia ao Riacho Fundo I. Separadas pelo Parque Ecológico Vivencial e ligadas por uma pista de 3km que passa dentro da reserva, as duas cidades têm uma só sede administrativa, que fica no Riacho Fundo I. Bancos, ginásio de esportes, praças, áreas de lazer, delegacia, unidade do Corpo de Bombeiros, Correios, também. A distância é a maior reclamação dos moradores da parte II. Para resolver qualquer pendência, precisam pegar um ônibus para ir ao outro lado. Outra reclamação é com relação ao próprio nome, que repete o da outra cidade. “Parece que a gente não tem identidade”, diz o presidente da Associação Comunitária do Riacho Fundo II, Jaílson do Nascimento.*¹⁶⁰

Para o correio o Riacho Fundo é uma espaço legítimo, diferente do Arapoanga. Além disso, é possível observar apresentação das demandas do Riacho Fundo II dentro do texto. E mesmo quando o jornal fala dos problemas de infraestrutura retrata o local como “só tem um” ao invés de “não tem”, assim ainda, mesmo na falta, o jornal realça algo de positivo.

Em setembro de 2003 foi feita uma reportagem sobre um portador de necessidades especiais que mora no Riacho Fundo II, a matéria critica a falta de ônibus adaptados.

¹⁵⁸ Correio Braziliense, 10/11/2002, Guia, página 3

¹⁵⁹ Correio Braziliense, 23/05/2003, página 25

¹⁶⁰ Ibidem

O espaço nas pistas movimentadas é disputado com a força dos braços, inchados e musculosos. No trajeto, o operador de microcomputadores Eduardo Gomes Nogueira, 24 anos, leva apenas a chave de casa e documentos. Precisa ficar leve para facilitar a locomoção entre a sua casa, no Riacho Fundo II, e a Universidade Católica de Brasília (UCB), em Taguatinga, onde faz fisioterapia dois dias na semana. Eduardo cumpre o percurso de 16 km de cadeira de rodas. ‘

Desde fevereiro, quando passou a freqüentar as sessões de fisioterapia na clínica da UCB, Eduardo optou por sair de casa uma hora e meia antes do início dos exercícios. É o tempo que gasta entre sua casa, na QN 8 D do Riacho Fundo II, e a universidade, no Pistão Sul de Taguatinga. No caminho, duas pausas para descansar os braços e acalmar a respiração, ofegante depois do esforço.¹⁶¹

Podemos ver um morador do Riacho Fundo II sendo utilizado como exemplo de cobrança para o DF, assim ressaltando o pertencimento e cidadania dos cidadãos à cidade.

Uma matéria de julho de 2004 fala sobre uma diminuição na qualidade de vida do DF e do Brasil em geral, quando aborda a questão do aumento do custo de vida é entrevistada uma moradora do Riacho Fundo II. Segue o texto.

A dona de casa Maria do Rosário de Fátima Elias, de 49 anos, sente no dia-a-dia os efeitos da inflação. Ela conta que, no início do plano real, consumia em sua casa um litro de leite por dia. ‘Hoje, como o leite subiu muito, controlamos o consumo. Temos (ela e um filho) que usar no máximo um litro a cada dois dias.’ Moradora do Riacho Fundo II, Rosário diz que também consome menos carne. ‘O frango, por exemplo, que custava menos de R\$1 o quilo, hoje sai por mais do que o dobro. Um frango custa até R\$ 7, um absurdo’, reclama.

A ginástica financeira, segundo ela, é feita para que a pensão deixada pelo marido, no valor de R\$ 800, chegue ao final do mês. Mesmo assim, na casa de Maria do Rosário há símbolos que marcam a evolução garantida pela estabilidade econômica dos últimos anos. De lá para cá, ela conseguiu comprar TV, dois aparelhos de som, microondas e um freezer. ‘Apesar da alta dos preços, a situação melhorou um pouco’, reconhece.¹⁶²

No texto surge um lado que pode ser associado a problemas financeiros, contudo logo após as queixas da entrevistada é mostrado saldo positivo pelos eletrodomésticos da casa assim, no final embora o Riacho tenha alguns problemas continua sendo bom para se morar.

¹⁶¹ Correio Braziliense, 10/09/2003, página 22

¹⁶² Correio Braziliense, 01/07/2004, página 4

Em outubro de 2004 há uma matéria sobre uma mulher que mantém creche no Riacho Fundo II.

A saga de Maria José começou há oito anos, exatamente com o início de Riacho Fundo II. Com um lote que ali ganhou, ela deixou Ceilândia, onde morava em casa alugada, e foi recomeçar a vida na nova cidade, sem nenhuma infra-estrutura. “Quando chegamos aqui, não acreditei no que vi. Era um lugar sem destino. Só tinha poeira ou lama. Nunca pensei que um dia ia dar certo...”, lembra.

E começou a se chocar com o que viu no meio do nada. Chorou diante da miséria e do abandono. “No meio da rua, encontrava crianças brincando, sozinhas. Aí, parava, perguntava o nome delas e trazia pra minha casa. Dava banho e comida. À noite, a mãe ia buscar”, conta. Primeiro veio uma criança. No dia seguinte mais uma. E outra e mais outra. A casa de Maria José ficou cheia. Não havia mais espaço para abrigar nenhuma criança. “Foi quando tive a idéia de alugar uma casa, aqui mesmo”, diz ela. E assim o fez. Reuniu a família e contou-lhes o desejo. Cada um se comprometeu a ajudar com o que pudesse. O carro da família, um Fusca 77, foi vendido para pagar despesas. Há seis anos, numa casa humilde com paredes da varanda pintadas com personagens de desenhos animados, um mundo colorido invadiu o carente Riacho Fundo II.¹⁶³

Aqui o Riacho Fundo é tratado como um local carente, mas há exaltação da atitude social da mulher, o que não acontece no Arapoanga onde é tratada a pobreza pela pobreza na maioria dos casos. Assim mesmo os espaços conquistado e concedido sendo habitados por pessoas de baixa renda há uma diferença de como o Correio constrói as representações desses locais.

3.3.3 - Terminologia e representação do “espaço concedido”

Como pôde ser percebido na análise das matérias o Riacho Fundo II quando citado não costuma vir acompanhado de outros termos para definir o local. Normalmente é escrito somente Riacho Fundo II.

Em alguns momentos aparecerá o termo “cidade” que mostra consolidação e reconhecimento ao se tratar da região. Há momentos em que aparece a palavra “carente” relacionada ao Riacho Fundo II, esse talvez seja o termo mais negativo utilizado, contudo quando aparece em um texto há elementos positivos para contrapor.

¹⁶³ Correio Braziliense, 10/10/2004, página 32.

Na questão territorial em alguns momentos é designado como espaço de baixa-renda, contudo esse termo sempre aparece associado ao nível financeiro, não se entendendo em descrição de pobreza, como no caso do Arapoanga.

De acordo com a análise das matérias é possível concluir que o Riacho Fundo II, por ser um espaço legalmente concedido é representado como um local legítimo para se viver, que possui problemas, mas tem seu lado bom, como é uma área regular os moradores são tratados como cidadãos. Enfim, o Riacho Fundo II, na perspectiva do correio surge como o ideal de lugar para atender as pessoas de baixa renda, ou seja, é um bom local para se viver, mas é designado para pessoas com um nível financeiro específico.

Considerações Finais

Após o estudo das matérias do Correio Braziliense, aliados aos estudos sobre o espaço de Brasília é observável que o processo de ocupação da Capital Federal é complexo e envolve vários interesses, sejam eles sociais políticos ou econômicos.

O Correio Braziliense como empresa imbuída de seus próprios interesses constrói representações do processo de ocupação de Brasília de maneira particular. Ao longo dos anos as representações sofrem alterações que são explicadas pelo momento político vivido pela cidade, consolidação dos espaços, influências dos moradores ou interesses comerciais.

As representações sobre as três categorias de espaço abordadas nesse trabalho são realizadas de maneira diferente auxiliando a mostrar a especificidade desses espaços e como um veículo de comunicação pode se portar de maneira diferente ao abordar situações que teoricamente seriam semelhantes.

No tocante as representações do jornal sobre o espaço conquistado, aqui exemplificado pelo Arapoanga, foi possível observar uma visão negativa sobre o local. Em geral, existe a salientação dos problemas enfrentados pela população e da situação econômica vulnerável dos habitantes, porém raramente há cobrança por melhorias no espaço. Quando o Correio se refere ao Arapoanga outro elemento visível é a afirmação da situação de invasão, da irregularidade. Porém na medida em que os anos vão passando e o local adquire reconhecimento e infraestrutura, ou seja, quando há a conquista efetiva do espaço, passa a ocorrer um melhor tratamento para a região. A irregularidade do espaço conquistado associado ao perfil de baixa renda dos moradores gera representações que os deixam alijados da cidadania.

O Condomínio Villages Alvorada, categorizado como “espaço de conquista permitida” é representado de forma positiva pelo Correio na maioria das reportagens analisadas. De acordo com as representações do jornal o Villages é um local que está sempre na iminência de ser regularizado, sendo que essa regularização não ocorre por incompetência política. Outro elemento comumente associado ao Villages Alvorada é a beleza e o luxo. A ilegalidade da ocupação desse “espaço de conquista permitida” é

tratada de maneira branda, quando ocorrem referências. Assim é possível verificar que há anuência tanto governamental quanto do Correio nesse caso de ocupações.

No caso do espaço concedido o Riacho Fundo II surge como exemplo, positivo de ocupação da população de baixa renda. O local é representado como legítimo, embora tenha problemas no que se refere a oferta de serviços básicos, os moradores, diferentemente do Arapoanga têm o direito de cobrar soluções dos órgãos públicos. Por configurar-se como regularizado pelo governo os ocupantes de espaço concedido possuem o acesso à cidadania, tendo suas demandas defendidas pelo jornal. Embora represente o Riacho Fundo II, como um espaço bom para viver, o Correio ressalta que esse local é próprio para habitantes de baixa renda.

As representações do Correio Braziliense sobre a ocupação de Brasília ocorrem de maneira diferente em cada categoria de espaço desenvolvida. A maneira que se deu a ocupação do local, em que área de Brasília está localizado, o nível de renda dos moradores são fatores determinantes para a diferença de representação sobre o “espaço conquistado”, “espaço concedido” e “espaço de conquista permitida”.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Jorge Luiz. **O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada**. In: MILTON, SANTOS. Território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2.ed.
- BARROSO, Eloisa. **Brasília: As Controvérsias da Utopia Modernista na Cidade das Palavras**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Tese (Doutorado em Sociologia)-Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2008.
- BRANDÃO, I. D. M. R. **Por que falha a regularização?** Fragilidade institucional e (in)capacidades estatais no Distrito Federal. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BEZERRIL, Simone. **Imprensa e política: Jornais como fontes e objetos de pesquisa para estudos sobre abolição da escravidão**. Disponível em <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/bezerrill.pdf>>. Acesso em 13 de novembro 2013.
- BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- BUCHMANN, Armando, et al. **NOVACAP: 50 anos por Brasília**. Brasília: NOVACAP, 2010
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2ª edição, 1994 .
- CARDOSO, Ciro Flamariom; VAINFAS, Ronaldo. **História e Análise de textos**. P. 377. In: _____. Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARVALHO, André Luís. **Jeitos de ver, formas de narrar: itinerários fotográficos no Riacho Fundo II**. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2751/1/2007_AndreLuisCarvalho.PDF> Acesso em 28 de abril 2014.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 2.ed.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. [S.l.], DIFEL, [S.d]. 2.ed. DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 5 ed.
- FERREIRA, Ignez. O processo de Urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: PAVIANI (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1995.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94,nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.
- GORELIK, Adrián. **Das Vanguardas a Brasília: Cultura Urbana e Arquitetura na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOUVEA, Luiz Alberto. **Uma política habitacional de interesse social para o Distrito Federal**. In: PAVIANI, Aldo (org.). Brasília – Gestão urbana: conflitos e cidadania. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. SANTOS, Milton(org.) In: território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2.ed. P.54

LÚCIO, Magda de Lima. **Nova Periferização Urbana: políticas públicas com financiamento internacional e o impacto na produção de direitos sociais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia)- Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2007.

MALAGUTTI, Cecília. **Loteamentos clandestinos no Distrito Federal**. P.62. In: PAVIANI, Aldo(org.). Brasília – gestão urbana: Conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999.

NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). **Brasília: A construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito da trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005.

PAVIANI, Aldo. Brasília: cidade e capital. In: NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). **Brasília: A construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997. P.50.

PAVIANI, Aldo. **Brasília e sua periferia: a construção injusta do espaço urbano**. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/1885/1852+&cd=30&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em 30 de outubro de 2013.

PAVIANI, Aldo(org.). **Brasília – gestão urbana: Conflitos e cidadania**. Brasília: Editora UnB, 1999.

PAVIANI, Aldo(org.)**Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária. In: In: _____ (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1995. P60.

PAVIANI, Aldo. A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade. In: _____ (org.). **Brasília: moradia e exclusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René(org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fgv, 2ª Edição ,2003.

RÉMOND, René(org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fgv, 2ª Edição ,2003.

RUA, Maria das Graças. Comportamento eleitoral em Brasília: a eleição presidencial de 1994. P.213. In: NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). **Brasília: A construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SILVA, Jailson de Souza e. **Um espaço em busca de sue lugar: as favelas para além dos estereótipos**. In: SANTOS, Milton. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro:DP&A, 2006. 2.ed

SANTOS, Jean M. C. T. **Atualidade da história do tempo presente**. Revista Historiar - Revista Eletrônica do Curso de História Universidade Estadual Vale do Acaraú, v. 1, p. 1-9, 2009.

SANTOS, Marco Antonio dos. **Brasília e o Tombamento**: Patrimônio e Especulação na Cidade Modernista. P.4. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/064.pdf>> . Acesso em 29 de março 2014.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e território**. In: _____(org), território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2.ed.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, MILTON. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2.ed. P.144

SILVEIRA, Denise. **Gestão territorial do Distrito Federal**: trajetórias e tendências. In: PAVIANI, Aldo(org.). Brasília – gestão urbana: Conflitos e cidadania. Brasília: Editora UnB, 1999. P.162.

SCHVARSBERG, Allan. **A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense**: Uma análise do discurso do jornal a respeito do projeto, enquanto empreendimento imobiliário, projeto urbanístico, sócio-político e ambiental para a capital. Brasília, 2009. Disponível em:< <http://www.midiaindependente.org/media/2009/08/452273.pdf>>. Acesso em 06 de março 2014.

Declaração de autenticidade

Eu, Ércio Ferreira Beltrão Júnior, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “**As modalidades do processo de ocupação de Brasília e as representações realizadas pelo Correio Brasiliense**: estudo dos casos do Setor Habitacional Arapoanga, Condomínio Villages Alvorada e Riacho Fundo II” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato

Brasília, _____, de _____ de _____

Ércio Ferreira Beltrão Júnior